



1290000923



IE

TCC/UNICAMP M522e

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ECONOMIA

**EVOLUÇÃO DA FINANÇAS PÚBLICAS DO ESTADO
DE SÃO PAULO ENTRE 1987 E 1989.**

Trabalho monográfico apresentado na
matéria CE-851 (monografia II)

aluno JOÃO CARLOS LOURENÇO MENDES
orientador Prof. FRANCISCO L. C. LOPREATO
banca Prof. SÉRGIO PRADO

João Carlos Lourenço Mendes
Francisco L. C. Lopreato

Campinas, dezembro de 1991. ✓

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO
INSTITUTO DE ECONOMIA
UNICAMP

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	92
CAP. 1 A POLÍTICA ECONÔMICA E A ECONOMIA PAULISTA	96
CAP. 2 A EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DE FINANCIAMENTO DO SETOR PÚBLICO PAULISTA ENTRE 1987/89.	91
CAP. 3 A EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DE GASTOS DO SETOR PÚBLICO PAULISTA ENTRE 1987/89.	93
CAP. 4 SETOR PÚBLICO, BANCOS ESTADUAIS E DÍVIDA MOBILIÁRIA.	93
CONCLUSÃO	96
BIBLIOGRAFIA	97
TABELAS	

INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é analisar o comportamento das finanças públicas do Estado de São Paulo no período entre 1987 e 1989, com o intuito de contribuir para o debate acerca do Setor Público. A opção por São Paulo deve-se a sua posição de destaque dentro da federação brasileira e, pelo período entre 1987 e 1989, ter sido marcado pelo aprofundamento de um dos principais problemas da economia brasileira, a crise vivida pelo padrão de financiamento do Setor Público, o que não impediu que o governo do estado mantivesse seus investimentos, até mesmo elevando-os - durante o período em estudo o Governador do Estado de São Paulo foi Orestes Quércia, sendo este um dos motivos do estudo do período em questão.

A desaceleração do crescimento e a retomada da inflação, aliada a um constante desequilíbrio cambial, marcou o período em análise. Tais problemas acabam por configurar uma profunda crise fiscal e um atrofamento das receitas tributárias. Estes fatores serviram para agravar os problemas de financiamento do Setor Público e da economia brasileira em geral.

Dentro desse cenário se insere este trabalho cujo objetivo é desenvolver uma análise do conjunto das finanças do Setor Público Paulista, no período em questão, não apenas quantificando suas principais variáveis

agregadas, mas procurando avaliar as principais determinantes do agravamento de seus problemas, que atualmente limitam sua gestão econômico-financeira.

Em síntese, pretende-se demonstrar de forma mais clara as consequências da crise econômica nacional, da crise financeira e fiscal do Estado Brasileiro, e as interações destas crises com a dinâmica das finanças públicas estaduais. Uma vez que, nos demais estados da federação, cujas bases econômicas são significativamente inferiores as de São Paulo, a crise das finanças estaduais estaria muito mais relacionada as dificuldades da União, refletindo com menor clareza todas as consequências da crise econômica e financeira geral por que passa o país.

* * *

Com vistas ao tratamento do tema acima apresentado este trabalho se divide em cinco partes.

No primeiro capítulo será feita uma análise do comportamento da economia brasileira ao longo do período, procurando buscar os antecedentes que levaram ao agravamento da crise de financiamento da economia brasileira, mais especificamente o Setor Público Paulista. O objetivo é entender o movimento mais geral da economia e seus efeitos para as finanças públicas estaduais.

No segundo capítulo analisaremos o comportamento das principais fontes de financiamento do SPP, no período entre 1987 e 1989, agregando-se em quatro grandes categorias econômicas, a saber: "Recursos do Tesouro", "Receitas Próprias", "Operações de Crédito" e "Outras". O objetivo é compreender o movimento mais geral desta estrutura de financiamento na análise de cada uma dessas variáveis agregadas, dando destaque para os itens de receitas, que determinam de forma preponderante a evolução das receitas.

No terceiro capítulo analisaremos a evolução dos principais itens de gasto do SPP, no mesmo período, agregando-os, também, em quatro grandes categorias: "Despesas de Custeio", "Despesas de Investimento", "Serviço da Dívida" e "Outras".

No quarto capítulo analisaremos as relações entre o SPP, os bancos estaduais e a evolução da Dívida Mobiliária. O objetivo é apontar os problemas surgidos nesta relação, oriundas do processo de deterioramento das finanças públicas estaduais e da União e, procurando mostrar as dificuldades na rolagem das dívidas dos estados colocadas pelas políticas monetária contracionistas aplicadas pelos gestores da política econômica.

No quinto capítulo teceremos considerações finais sobre a relação entre a política econômica, o desempenho das finanças públicas, e as dificuldades do setor público com a manutenção de uma sistema de financiamento

interno precário, baseado nas emissões de títulos.

CAPÍTULO 1 - A POLÍTICA ECONÔMICA E A ECONOMIA PAULISTA.

O objetivo deste capítulo será o de mostrar ao leitor, os principais aspectos da política econômica entre os anos de 1987/1989, considerando os seus impactos sobre a economia do Estado de São Paulo.

O período entre 1987/89, tem como característica fundamental a instabilidade por que a economia brasileira passou. Várias tentativas de estabilização foram efetuadas, sem no entanto solucionar os problemas da economia brasileira.

Os programas de estabilização implementados no país acabaram revelando que os instrumentos de política econômica haviam perdido sua eficácia. Na verdade, estas políticas mostraram-se incapazes de produzir efeitos consistentes sobre a economia, principalmente pela incapacidade do governo em atacar os principais problemas estruturais da economia brasileira.

Assim os planos de estabilização procuraram apenas soluções de curto prazo para os problemas, dada a incapacidade e descrédito do governo aos olhos da sociedade.

É indiscutível que ao longo de 1985/86 as tentativas de retomar o crescimento econômico, melhorar a distribuição de renda e controlar a inflação esbarraram nas restrições externas, vale dizer na necessidade de gerar vultuosos superávits para fazer face ao serviço da dívida.

O programa de estabilização, Plano Cruzado, consistiu fundamentalmente em uma reforma monetária acompanhada de desindexação e do congelamento de preços. Durante um período relativamente longo para a década, cerca de seis meses, o programa logrou manter taxas de inflação reduzidas, criando a falsa impressão da volta à estabilidade.

Podemos dizer que o insucesso do programa se explica por sua incapacidade de levar adiante reformas de profundidade, restabelecendo novos eixos de expansão para a economia. Contudo, o congelamento do câmbio foi um passo adiante no sentido de manter estável a relação entre os preços internos e externos.

Outro aspecto importante foi a monetização de parcela da dívida interna do setor público e poder do setor privado que, além de reduzir o estoque da dívida, permitiu ampliar o crédito interno, reduzindo substancialmente as taxas de juros de curto prazo. À princípio, as expectativas de curto prazo quanto à instabilidade dos juros e câmbio, que constituíam o principal foco de instabilização das expectativas, foram eliminadas. Como entender, contudo, a rápida reintrodução da incerteza na economia após seis meses de vigência do Plano?

O questionamento mais importante ao programa vem da crise cambial que se expressa na deterioração do superávit comercial e na perda substantiva de reservas internacionais - cerca de US\$ 3,5 bilhões -, que

representavam aproximadamente 36% das reservas disponíveis. A manutenção do congelamento do câmbio - que na verdade significava a valorização da taxa cambial, já que a inflação real não captada pelos índices de preços era crescente - só seria sustentável por uma redução substantiva da transferência de recursos reais ao exterior, através de novos financiamentos líquidos ou da renegociação da dívida externa em novas bases.

A estabilização das taxas de juros também mostrava pouca possibilidade de sustentação. Não tanto pelo lado do financiamento do déficit corrente, cujo componente financeiro se havia reduzido substancialmente com a monetização da dívida. O aspecto central era como recuperar o nível de gastos, em especial os de investimentos, sem ampliar o endividamento público junto ao setor privado. Como essa questão não foi equacionada, a instabilidade quanto ao comportamento futuro dos juros foi progressivamente reintroduzida na economia.

Frente a essa situação o ano de 1987 constitui um ano de ajuste frente a crise cambial, caracterizado por uma rápida desaceleração do crescimento. Simultaneamente à redução do crescimento, ocorreu uma rápida aceleração da inflação. Assim podemos dizer que o ano de 1987 marcou um ano de inflexão tanto em termos do crescimento econômico quanto do processo inflacionário.

No início do ano a política econômica é orientada no sentido de combater a inflação e recuperar os

níveis de reserva. Temos que deixar claro que a deterioração acentuada das finanças públicas já se tornava visível, e por isso medidas no sentido de diminuir os entraves por ela causados, foram implementadas pelo governo federal.

Adotou-se uma política recessiva para a economia, causando um processo de deterioração e queda no nível de atividade, que deve ser entendido pela retração da demanda de consumo no mercado interno e conseqüentemente pela diminuição da massa de salários.

Houve também redução nos níveis de investimento, e conseqüentemente impactos sobre o nível de emprego. Contribuíram para isso a incerteza em relação à inflação e a política econômica, e ainda a maior atratividade das aplicações financeiras.

Com a substituição da equipe econômica e face a aceleração inflacionária, foi deflagrado em meados do ano um novo choque na economia que tinha como objetivos principais: Superávits comerciais e contenção do déficit público atrelados a estabilidade dos preços. Simultaneamente ocorreram minidesvalorizações cambiais, visando incentivar as exportações.

Para combater o déficit público houve uma tentativa de recuperar as tarifas públicas, controle e contenção do crédito a estados e municípios (redução do montante de rolagem das dívidas dos estados, com aval da União, de 100% para 75%).

Porém, estas medidas geraram impactos inflacionários sobre a economia e mostraram-se totalmente ineficazes, pela incapacidade do governo em controlar seus gastos. Esta incapacidade surgiu quando seus gastos mostraram-se muito rígidos em sua estrutura, que associada a resistência dos agentes econômicos a elevações na carga tributária, e ao corrente processo de elevação da dívida pública, oneram sobremaneira o setor público.

Com relação ao objetivo de se obter Superávits Comerciais, o governo se utilizou de uma política salarial que mantinha as perdas salariais do primeiro semestre, visando reduzir o que a equipe econômica chamava de excesso de demanda, e por outro lado, mudava a relação entre preços públicos e preços privados. Como resultado há a recuperação e expansão das exportações a partir do segundo semestre de 1987, fator que serviu de contenção à quebra verificada na indústria e no nível de emprego. Com isso consegue-se recuperar, ainda que de forma modesta, o nível do superávit comercial brasileiro.

Cabe ressaltar que ao longo de 1987 houveram sucessivas tentativas de desvalorizar o câmbio, com vistas a incentivar e incrementar as exportações. Porém essas tentativas de desvalorização resultaram em rápido aumento de preços, inviabilizando a almejada desvalorização. A crescente sensibilidade dos preços à desvalorização real do câmbio vai progressivamente imobilizando a política cambial ativa. Por essa razão se observa uma expressiva valorização

da taxa de câmbio. Contraditoriamente, a apreciação da taxa cambial é também um instrumento de aceleração da inflação, tendo em vista que exacerba as expectativas quanto a desvalorizações futuras.

No final do ano face a aceleração contínua da inflação, fica evidente o fracasso de mais um programa de estabilização. O eixo das preocupações da política econômica volta-se crescentemente para o controle do déficit, ao qual se atribui a responsabilidade pela aceleração da inflação.

Desde o início de 1988, o controle das políticas fiscais e monetária ganham destaque na política econômica. Os gestores da política do "feijão com arroz", como fica conhecida a política econômica adotada no ano de 1988, fizeram uma clara opção no combate à inflação, adotando a contenção do déficit público como instrumento central. Para o combate a inflação num momento em que se prescindia dos controles de preços, a redução do déficit seria crucial, pela contração da demanda agregada e pelo impacto sobre as expectativas dos agentes econômicos.

Como forma de complementar o combate ao déficit público o Governo Federal se utilizou do aperto monetário, reajustes de tarifas, aumento da carga tributária e contenção de crédito a estados, municípios e estatais.

No entanto a recomposição das tarifas públicas e a elevação da carga tributária criam uma forte pressão inflacionária, o que acaba fazendo com que o governo

adote em um segundo momento sub-correções de preços das estatais numa tentativa de conter a aceleração da inflação.

Um segundo mecanismo de política econômica adotado ao longo de 88, foi a elevação e manutenção de altas taxas de juros reais, tentando com isso conter o que as autoridades econômicas denominavam de excesso de liquidez.

O que aconteceu porém, foi que a política de taxa de juros reais elevadas levou ao agravamento de um sério problema enfrentado pelo setor público em geral, que é a questão da dívida pública. A emissão cada vez maior de títulos para captação de recursos e a própria rolagem dos mesmos face às altas taxas de juros, criou uma crescente desconfiança a respeito da solvência da dívida pública.

Assim, o financiamento do déficit começava a ser cada vez mais problemático. Em primeiro lugar, há um crescente estreitamento da base de financiamento do SP provocado pelo virtual desaparecimento do crédito externo. Em segundo lugar, por conta da desconfiança crescente em relação aos títulos públicos e pela desmonetização da economia, isto a nível interno.

A expansão acelerada da dívida mobiliária vinha encontrando dificuldades crescentes junto ao mercado financeiro. Frente à elevação dos custos financeiros, foram comprimidas as despesas reais de modo a viabilizar que o déficit não se expandisse ainda mais. Esta política econômica acentuou a fragilidade do setor público, que é o

maior responsável pelo estoque da dívida, prejudicando ainda mais os fatores internos de financiamento.

O resultado desta política é o movimento de contração do nível de atividade da economia, fato este que era de interesse do Governo, pois buscava-se normalizar as relações do país com a comunidade internacional, e esta seria facilitada caso o país mantivesse saldos comerciais elevados, aumentando a confiança dos agentes internacionais.

O ano de 88 demonstrou que a própria política monetária perde toda sua eficácia na regulação da economia frente a uma situação onde o estoque de dívidas é excessivo, e cresce aceleradamente. Neste quadro, a elevação das taxas de juros para contenção da liquidez acaba sendo o último recurso da autoridade monetária. No entanto, este instrumento lança dúvidas sobre a solvabilidade da dívida e seu valor real, engendrando uma maior instabilidade ao sistema.

O final de 88 é marcado pela retração da demanda interna, queda das exportações dos produtos industriais e pela nova ameaça hiper-inflacionária.

Ao iniciar 1989, é realizada uma nova tentativa de estabilização da economia (Plano Verão), que novamente tem como objetivos o combate ao déficit público e a alta da inflação.

A política monetária baseou-se no caráter restritivo em relação aos agregados monetários e de expansão

do crédito, utilizando-se para tanto uma política de taxas de juros reais elevada.

O Plano Verão desferiu um severo golpe na atividade produtiva, inclusive por ter alçado as taxas de juros reais às nuvens. A instabilidade que se seguiu ao seu fracasso, aliada ao temor dos agentes econômicos quanto a possibilidade da hiperinflação, conduziu-os a antecipação do consumo e a promoção da recomposição dos estoques do comércio e da indústria como forma de defenderem-se do processo, o que terminou injetando alento a atividade econômica a partir do segundo trimestre. Além disso volta-se a colher bons resultados externos.

Assim os dois fatores que geram a elevação do nível de atividade são o desempenho exportador e principalmente o mercado interno que passou a consumir parcela da produção para exportação, e ainda elevou o nível de importações.

A exacerbação da demanda é explicada pelos fluxos financeiros, ou seja, o temor dos agente financeiros em relação a solvência da dívida pública faz com que estes mesmos agentes deixem de aplicar seu capital em títulos ou papéis públicos e passem a aplicar em ativos reais. A política de juros elevados realizada pelo governo federal acaba por aumentar o endividamento⁽¹⁾, e leva a um aumento

(1) os juros elevados servem para que o governo torne mais atrativos os seus títulos. Assim os agentes financeiros tendem a fazer suas aplicações em títulos por considerarem estes mais rentáveis.

da massa de liquidez no mercado, ocasionado pelo temor em relação aos papéis públicos⁽²⁾.

Podemos entender como uma das causas da elevação do nível de atividade econômica em 89, o agravamento da situação das finanças públicas originadas pela política de juros elevados e a desconfiança em relação a solvência dos títulos públicos e o descrédito total em relação à política do governo⁽³⁾.

Ao final do ano constata-se uma exacerbação da inflação, levando a economia a um quadro de grande instabilidade. A massa de recursos líquidos nas aplicações financeiras cresceu de forma acelerada, tendo em contra partida a reversão do quadro de crescimento do nível de atividades.

De fato, as medidas de política econômica muito pouco conseguiram influenciar o nível de atividades, o mercado financeiro e a estratégia das empresas. Propiciaram, isto sim, grandes ganhos aos aplicadores e um clima de contínua instabilidade. O enorme crescimento da dívida pública, decorrente do prêmio pago na forma de juros aos aplicadores, foi sem dúvida demasiado, tendo em vista que a economia, no final do ano, apresentava-se ainda mais caótica que antes do Plano Verão. Na verdade, a recuperação da efetividade da política econômica exige o rompimento das

(2) a existência de um grande estoque de dívida, baseada nos títulos públicos, acaba por levar os agentes a desconfiarem da solvência desses papéis no mercado.

(3) o momento político por que passava o país não permitia que a desconfiança fosse reduzida, pois a indefinição com relação a eleição presidencial não permitia afirmar qual o perfil do futuro presidente.

condições perversas da atual forma de operação da economia brasileira e o equacionamento de questões estruturais, como as provocadas pelos gigantescos estoques de dívidas e a redefinição de mecanismos de financiamento da economia, em especial para o setor público.

Os impactos causados pela política econômica entre 1987/1989 para a economia do Estado de São Paulo não poderiam deixar de ser maléficos. As políticas recessivas afetaram de forma acentuada o desempenho da indústria paulista, principalmente da indústria de transformação, trazendo efeitos negativos para o setor público paulista.

Em primeiro lugar São Paulo é o principal estado industrial brasileiro e o principal estado arrecadador de impostos do país. A queda no nível de atividade da indústria paulista, fez com que houvesse uma significativa redução na arrecadação de impostos do estado prejudicando não só o desempenho do SPP como o desempenho do Setor Público Federal.

Como resultado desta queda na arrecadação de impostos por parte do estado (este fato se verifica para a totalidade dos estados da federação, mas se fazem sentir com maior intensidade em São Paulo por ser este o principal estado industrial), nota-se a estagnação do nível de investimento do estado em infra-estrutura e serviços essenciais, principalmente para 1987/88, enquanto para 1989 há uma leve recuperação causada principalmente pelos impactos oriundos da promulgação da nova constituição que dá

a estados e municípios autonomia sobre seus impostos e alíquotas, e permite aos mesmos a criação de novos impostos sobre autorização do congresso.

Outro efeito verificado é que o estado utilizou o argumento da queda na arrecadação para impor uma política de arrocho salarial ao funcionalismo estadual, tendo como consequência uma redução ainda maior no nível de consumo, influenciando de maneira negativa a própria economia estadual.

Como efeito das políticas de restrição monetária e de crédito à economia por parte do governo federal, o SPP se viu diante de um serviço de dívida cada vez maior. Isso afetou de forma mais acentuada a capacidade de auto financiamento do estado.

A dificuldade em obter junto ao governo federal autorização de rolagem da dívida e de emissões de títulos públicos fez com que o SPP se utilizasse de um expediente cada vez mais frequente, qual seja, o financiamento através dos créditos informais⁽⁴⁾. Este movimento pode ser verificado (conforme será demonstrado em capítulo referente ao tema) tanto para a administração direta como para as empresas, autarquias e fundações.

Cabe ressaltar que a política de juros reais elevados durante os anos de 1986/87, trouxeram ao estado

(4) os créditos informais são aqueles que se originam do não pagamento das dívidas vencidas aos fornecedores, emprestadores e prestadores de serviços.

grandes problemas de elevação dos encargos de sua dívida pública prejudicando ainda mais as finanças do SPP.

Além disso, houve um contínuo processo de deterioração das tarifas das estatais estaduais que possuem seus preços presos a controle por parte do governo federal, por serem estas fornecedoras de serviços essenciais como energia e saneamento, e consequentemente uma política de tarifas reais acarretaria fortes impactos inflacionários.

O resultado foi a estagnação econômica dessas empresas, agravado pelo excessivo serviço de dívida por elas mantido, resultado de um processo de endividamento crescente ocorrido ao longo da década de 80.

Para concluir podemos dizer que ao longo do período 1987/89 tentativas de estabilização da economia foram efetuadas, procurando corrigir as distorções existentes da economia brasileira. O resultado foi o fracasso de todas as tentativas já efetuadas e o agravamento da situação econômica do país, principalmente quando nos referimos ao setor público em seus três níveis.

A avaliação das finanças públicas do estado de São Paulo irá nos mostrar o comportamento das fontes de financiamento do estado e de que forma foram alocados estes recursos. Ao longo desta análise procuraremos explicitar melhor as causas das variações ocorridas na estrutura de financiamento do SPP, levando-se em conta o exposto acima.

Finalizando, devemos considerar que nenhum dos planos econômicos adotados durante o período 1987/89 atacou os problemas estruturais da economia brasileira, e por isso mesmo fracassaram nas suas tentativas de estabilização da economia.

Para que um plano econômico possa ter sucesso é necessário antes de mais nada que ele seja fruto de um amplo entendimento político (o que dificilmente será conseguido dentro do atual Congresso Nacional), e que tenha em seu bojo algumas medidas fundamentais, dentre as quais se destacam:

- Necessidade de um tratamento adequado à questão das dívidas pública, externa e interna, como forma de tentar encontrar saídas para o problema cambial brasileiro - que é um dos motivos dos constantes fracassos dos planos de estabilização - e para as dificuldades de financiamento do Setor Público.

- apesar da reforma tributária imbutida na constituição, ainda se faz necessário mudanças no sistema de tributação para que este possa garantir condições favoráveis de financiamento do setor público.

- definição de um modelo articulado de política industrial, que permita a capital privado e público se complementarem, e que defina setores prioritários de desenvolvimento com alto grau de desenvolvimento tecnológico.

Por último cabe uma política de investimento sociais, visando reduzir as desigualdades tanto regionais, quanto dentro dos próprios centros urbanos, a fim de reduzir os perigos cada vez maiores de um caos social.

CAPÍTULO 2 - EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DE FINANCIAMENTO DO SETOR PÚBLICO PAULISTA ENTRE 1987/89.

O objetivo deste capítulo será analisar o comportamento da estrutura de financiamento do Setor Público Paulista (SPP) entre os anos de 1987 e 1989. Para tanto será feita uma análise da evolução de suas principais fontes de recursos, que foram agregadas em quatro grandes categorias: Recursos do Tesouro, receitas Próprias, Operações de Crédito e Outras.

Procuraremos basear nossa análise na compreensão do comportamento dos itens de receita (arrecadação ICM, Receitas operacionais e operações de crédito) que pelas suas características determinaram de forma preponderante a evolução de cada uma dessas variáveis agregadas.

Iremos começar, traçando uma linha geral da evolução das fontes de financiamento do SPP ao longo do período, para depois entrarmos na discussão item por item.

A evolução das fontes de financiamento do SPP indica que houve, no período, algumas alterações importantes. Os recursos do tesouro se mostram em declínio (Tabela 3), o que significa dizer que os recursos oriundos da arrecadação estão diminuindo, dificultando o planejamento dos gastos estaduais em áreas onde sua presença é necessária. Somente no último ano do período é que se registra uma alta na arrecadação explicada pela recuperação,

ainda que débil, da economia brasileira e, principalmente, pela promulgação da nova carta constitucional que dá aos estados maior autonomia fiscal em detrimento da União.

Quanto às receitas próprias, estas também se encontram em queda no período (Tabela 3), com a diferença de que, de 1986 para 1987 houve uma elevação no volume de recursos captados por este item de financiamento. Assim, as empresas públicas se viram obrigadas a conter gastos para não incorrerem em déficits que pusessem em risco o seu funcionamento, por se tratar do setor responsável pelo maior volume de recursos gastos com investimento do SPP.

As operações de crédito realizadas pelo SPP foram a fonte de financiamento que sofreu as principais alterações no período, com destaque para as operações de crédito informais.

Em primeiro lugar, verifica-se que o volume de recursos captados via operações de crédito se elevam no período, com destaque para 1988 (Tabela 3), em oposição ao verificado para os recursos do tesouro e receitas próprias.

Em segundo lugar, dentro da estrutura de captação de recursos via operações de crédito, nota-se que as captações de crédito formais, ou seja, aquelas feitas mediante contrato bilateral sofrem redução em detrimento das operações de crédito informais, que nada mais são do que os atrasos nos pagamentos dos compromissos assumidos pelo estado, seja na administração direta ou descentralizada. Os créditos informais crescem acentuadamente no período, mais

que dobrando sua participação no total das fontes de financiamento do SPP.

Cabe ressaltar que este comportamento das fontes de financiamento do SPP é fruto da política econômica do governo Federal (tratada no capítulo I), e que se pauta em políticas recessivas de ajuste. Assim não coube outra alternativa ao estado senão apelar para os atrasos nos seus compromissos com fornecedores, prestadores de serviço e credores para manter, ainda que de forma precária, os níveis de investimento do SPP.

Como último aspecto, cabe falar sobre as outras fontes de recursos do SPP que também demonstraram crescimento no período. Esta fonte de financiamento é composta basicamente pelos recursos oriundos de transferências federais - recursos do tesouro federal destinados para educação, saúde, energia e transporte - e quase que dobraram seu valor ao longo do período.

Assim podemos concluir dizendo que como forma de compensar a queda nos recursos oriundos da arrecadação e das receitas próprias, o estado adotou uma política de atraso no pagamento de seus compromissos e teve elevado o volume de transferências federais, procurando assim manter os seus gastos com investimentos. Vamos discutir agora, de maneira mais específica, como se deu este movimento.

RECURSOS DO TESOURO

A análise da fonte de financiamento, Recursos do Tesouro (Tabela 01 - todas as tabelas se encontraram em anexo), terá como ponto principal a evolução da arrecadação do ICM por tratar-se do principal item dos recursos disponíveis para o tesouro do Estado, fruto de sua elevada participação - cerca de 80% em média - para a composição desta fonte de financiamento.

Após 1986, quando a arrecadação atingiu o seu auge na década de 80, as receitas oriundas da arrecadação do ICM atravessaram uma fase de declínio verificada para o biênio 1987/88, voltando a crescer, em 1989, a um patamar muito próximo ao de 1986.

Levando-se em conta apenas o período em estudo (Tabela 01), as razões da queda verificada na arrecadação do ICM devem ser buscadas em alguns fatores, como: os efeitos da política econômica adotada pelo governo federal para o período; a alta inflacionária; e a ineficácia das medidas de política fiscal.

O ICM é um imposto que tem sua evolução intimamente correlacionada ao ritmo de expansão da economia, sendo no caso de São Paulo ligada mais especificamente ao desempenho da indústria de transformação. Tendo este setor sido atingido de forma bastante aguda pela recessão imposta

pelas medidas econômicas, não é de se estranhar a queda na arrecadação do ICM paulista no biênio 87/88.

Um segundo fator que afetou a arrecadação do ICM foi a alta inflacionária, responsável pela deterioração de boa parte dos recursos arrecadados. Mesmo com as tentativas realizadas no sentido de elevar a arrecadação, a constante elevação verificada nas taxas de inflação de forma explosiva e ascendente acabaram por prejudicar as rendas do Estado, dada a defasagem existente entre o fato gerador do imposto e sua efetiva entrada nos cofres públicos.

Como consequência da queda registrada na arrecadação do ICM, podemos verificar uma queda no total de recursos captados pelo tesouro estadual para o biênio 87/88 (Tabela 04), o que se reflete na queda do percentual de participação da fonte de financiamento recursos do tesouro no total de recursos captados pelo SPP⁽⁵⁾ (Tabela 02), com especial atenção para o ano de 1988, quando sua participação cai de 37,9% para 29,7%.

Ainda segundo a Tabela 04, podemos verificar que para 1989 houve uma considerável elevação na captação de recursos via arrecadação do ICM. Esta recuperação foi possível graças ao crescimento do nível de atividade da indústria paulista. Porém, o principal motivo para este acentuado crescimento foi a reforma tributária realizada pela constituição, que teve como principal objetivo dar aos

(5) Ao longo do texto, quando nos referirmos ao total das fontes de financiamento do SPP, estaremos nos referindo ao total incluindo os recursos oriundos das operações de crédito informais.

estados e municípios meios para um financiamento auto-sustentado, baseado na autonomia dos estados sobre os impostos de sua competência.

Com este intuito a constituição tratou de modificar a ordem vigente. Em primeiro lugar tirou a competência da União sobre vários impostos (impostos únicos como IUCL, IUEE e outros), passando estes impostos a constituírem parte do ICM. Este último por sua vez, teve incorporado à sua base de cálculo não só os impostos únicos, como a ele foi incorporado o Imposto sobre Serviços de Transporte e Comunicações. Assim o ICM passou a ser denominado ICMS.

O último fator a ser levado em conta é o de que a constituição permitiu aos estados elevarem a alíquota do ICMS. Assim vários produtos tiveram suas alíquotas elevadas para 25% (produtos considerados supérfluos), ficando os demais em torno de 18% (alguns produtos considerados de primeira necessidade tiveram suas alíquotas reduzidas para 12%, porém são muito poucos os produtos nesta faixa).

Esta recuperação na arrecadação do ICM em 1969 (cerca de 14%), fez com que a participação dos recursos do tesouro na estrutura de financiamento do SFP voltasse a um patamar próximo ao verificado em 1966 (42,6%) e acima do verificado em 1967/68 (37,9% e 29,7% respectivamente). Com isso o governo estadual conseguiu recuperar parte de sua capacidade de gasto.

Cabe ressaltar que o total de recursos do tesouro é formado ainda pelo item outras receitas (patrimonial - fundo dív. pública e outras - industrial, serviços, agropecuária e diversas), que contribui, em média com 10% do total dos recursos próprios.

Em suma a perda de relevância dos recursos de origem fiscal dentro da estrutura de financiamento do SPF verificada no biênio 87/88, foi comandada pela queda na arrecadação do ICM no período em análise, tendo como resultado uma queda no nível de recursos disponíveis para o governo estadual realizar seus gastos efetivos, seja com despesas de pessoal ou despesas em investimentos.

RECURSOS PRÓPRIOS

Esta fonte de financiamento compreende as receitas geradas internamente pelo conjunto das entidades que compõe a administração descentralizada do Estado de São Paulo - autarquias, fundações e empresas - através da venda de seus serviços. Esta fonte de financiamento compreende em sua quase totalidade recursos obtidos pelas receitas próprias das empresas não financeiras paulistas.

A evolução dessa fonte de financiamento durante o período 1987/89 teve uma tendência declinante para o conjunto do SPF. Após uma pequena evolução na captação de

recursos verificada em 1987 (tabela 01), podemos observar que há um declínio na geração de recursos próprios por parte das entidades estaduais. Este declínio é verificado de forma mais acentuada nas empresas estatais paulistas (energia, transporte, saneamento e outras), que são responsáveis por 70%, em média, dos recursos gerados por esta fonte de financiamento (Tabela I).

TABELA I

RECEITAS PRÓPRIAS DAS INST. ADM / TOTAL RECEITAS PRÓPRIAS DO
SPF (em %).

Instâncias/ano	1986	1987	1988	1989
AUTARQUIAS	4,2	5,4	5,1	6,1
EMPRESAS	94,6	92,3	91,8	90,5
FUNDAÇÕES	1,2	2,3	3,1	3,4
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0

A explicação para essa queda verificada nas receitas próprias vem do fato do período ser desfavorável em relação a manutenção das tarifas dessas empresas a níveis reais, pois com a rápida aceleração inflacionária, as tarifas foram rapidamente corroídas⁽⁶⁾.

é razoável concluir que as receitas próprias, ou melhor, as receitas operacionais das empresas estão

(6) Ao longo do período 1987/89, várias tentativas de correção dos preços e tarifas das estatais foram feitas, porém nenhuma delas surtiu o efeito desejado, pois estas correções exerciam um forte impacto inflacionário. Dessa forma entrasse num círculo vicioso, pois é essa mesma inflação que corrói as tarifas e preços públicos.

intimamente atreladas a evolução da economia brasileira em geral, e da paulista em particular, embora com uma flutuação menos pronunciada. Isso se deve principalmente ao fato de que, além de a demanda por serviços públicos ter mantido seu crescimento, a maioria desses serviços constituiu mercados monopólicos (energia elétrica, saneamento básico, etc.).

Outro fator que deve ser levado em conta é o de que as tarifas das empresas estaduais (energia e água basicamente) estão sujeitos a controle do governo federal por se tratarem de empresas prestadoras de serviços essenciais. Assim o governo federal determina os aumentos das tarifas de acordo com as necessidades da política econômica, ou seja, se o governo quer combater a inflação, ele se utiliza de reajustes abaixo do nível da inflação para as tarifas públicas, tentando com isso evitar que esses aumentos se tornem um foco de pressão inflacionária.

OPERACÕES DE CRÉDITO

As captações de recursos via operações de crédito (internas e externas) apresentaram um pequeno crescimento dentro da estrutura de financiamento do SPP, entre 1987 e 1989, se comparado ao ano de 1986. Essa evolução se mostrou bastante acentuada para o ano de 1988,

quando a taxa de participação desta fonte de financiamento para o total do SPF chegou a 38,3% (tabela 02), atingindo um índice superior ao do biênio 84/85, quando se verificaram as maiores taxas de participação desta fonte no total do SPF.

Tal processo verificado no nível de endividamento do SPF, vem confirmar a tendência declinante das demais fontes de financiamento do SPF, haja vista o declínio dos recursos de origem fiscal e operacional.

Conforme fica claro ao analisarmos a tabela II, as empresas públicas são responsáveis pela quase que totalidade das operações de crédito do SPF, cabendo muito pouco a administração direta. Analisando a evolução dos itens que compõe a estrutura de endividamento do SPF, verifica-se que são as operações de crédito das empresas públicas que determinaram o aumento do nível de recursos obtidos por esta fonte de financiamento.

TABELA II

RECEITAS DAS INST. ADM REALIZADAS POR OP. CRÉDITO / TOTAL
OPERACÕES DE CRÉDITO DO SPF (em %).

Instâncias/ano	1986	1987	1988	1989
ADM. DIRETA	20,2	16,4	10,2	15,1
AUTARQUIAS	0,7	1,4	0,6	0,5
EMPRESAS	79,1	82,2	92,2	84,4
FUNDAÇÕES	0,3	0,0	0,0	0,0
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0

Ao longo da década de 80, o governo federal procurou incentivar ao máximo as captações de recursos no exterior para poder cumprir os compromissos da dívida externa. Para isso chegou a elevar as taxas de juros internas a um nível acima dos verificados no exterior. Assim conseguiria os dólares necessários ao pagamento dos juros. Esta política, no entanto, culminou com o comprometimento das finanças das empresas estatais paulistas, que a partir de 1982 tiveram um enorme crescimento com os gastos com serviço da dívida, agravando-se depois de 1987 com o fim da possibilidade de rolagem destas dívidas..

Isso fez com que parcela ponderável do crescimento das operações de crédito das empresas se constituíssem por créditos informais, ou seja, atrasos nos pagamentos por parte do governo do estado ao governo federal, a empreiteiras, a fornecedores e mesmo a instituições financeiras. Isto ocorre principalmente para que as empresas possam manter seus serviços básicos, e pela incapacidade do governo do Estado em renovar seus débitos junto às instituições financeiras.

Para que se tenha uma idéia do impacto dos atrasados (crédito informal) nas contas das empresas do SPF, o adicional sobre receita proporcionado por estes atrasados passou de 26,6% em 1986 para 266% em 1989, índice que só foi

superado no ano de 1983 no auge da recessão econômica (tabela 10).

Durante o período de 1987/89, o índice de participação relativa das operações de crédito para o total dos recursos das empresas paulistas sofreu uma acentuada elevação (tabela 12). Enquanto em 1987 registrou-se um índice de 36,27%, para 1988/89 este índice pulou para 51,46% e 42,0% respectivamente.

Quanto às operações de crédito realizadas pela administração direta (tabela 04) destaca-se a participação das captações de recursos via emissões de títulos públicos do Estado (ORTP), excessão feita ao ano de 1986, quando houve uma acentuada queda na participação desses títulos no total das operações de crédito da administração direta (tabela III), caindo de 76,6% para 38,2%. A explicação para esta queda em 1986 está no controle exercido pelo governo federal nas emissões de títulos por parte dos governos estaduais. Esta atitude foi uma tentativa do governo federal para obrigar os estados a saldarem suas dívidas, e por outro lado, diminuir os seus déficits orçamentários.

O destaque para 1988 foi para os contratos internos que representaram 56,9% dos recursos dessa fonte de financiamento. O fator que explica este desempenho está nas vicissitudes da política monetária e creditícia posta em prática pelo governo federal.

TABELA III

PARTICIPAÇÃO DOS TÍTULOS ESTADUAIS NO TOTAL DAS OPERAÇÕES DE
CRÉDITO DA ADM. DIRETA (em %).

	1986	1987	1988	1989
TÍTULOS (ORTP)	84,4	96,8	38,1	97,1
CONTRATOS INTERNOS	6,5	3,1	56,9	1,2
CONTRATOS EXTERNOS	9,0	0,1	5,0	1,7

Com relação ao conjunto da administração direta as operações de crédito representaram em média 9% das suas fontes de recursos. Da mesma forma verifica-se uma queda mais acentuada para 1988, quando as operações de crédito representaram 7,4% dos recursos da administração direta.

Para concluir é oportuno frisar que as operações de crédito potencializaram, por um lado, capacidade imediata de investimentos, por outro exigem que no período posterior, quando da liquidação dos créditos, ocorra uma ampliação das receitas correntes para que seja possível o pagamento dos juros e amortizações.

Em síntese, ao observar a evolução da estrutura de financiamento do SFP, a partir da análise do comportamento de suas principais fontes de financiamento, chama atenção a elevada participação das operações de crédito como fonte de financiamento. Sua evolução ao longo do período demonstra um substancial crescimento, principalmente para os créditos informais, o que demonstra sua importância para o financiamento do Setor Público Paulista, e do Setor Público como um todo durante o período.

CAPÍTULO 3 - EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DE GASTOS DO SETOR PÚBLICO PAULISTA ENTRE 1987/89.

Neste capítulo procuraremos demonstrar as mudanças processadas ao longo do período em estudo na estrutura de gastos do setor Público Paulista, enquanto consequência do comportamento e limitações de suas principais fontes de financiamento.

O desenvolvimento desta análise se dará a partir do estudo da evolução de seus principais itens de gasto, agregados em quatro grandes categorias econômicas e por instâncias administrativas, a saber: Custeio, Investimentos, Serviços da dívida e Outras. Antes porém, iremos fazer um pequeno resumo do que foi o período para o conjunto do SPP.

A análise da evolução global da despesa do SPP, revela que os itens de despesa mantiveram sua participação relativa dentro do total de gastos verificado. A única alteração considerável verificada durante o período ocorre no ano de 1988, quando é verificada (Tabela 18) uma grande elevação das despesas com Serviço da dívida.

Conforme será visto no decorrer do capítulo, os índices de evolução das despesas do SPP mostra que houve uma redução considerável nos gastos com custeio, principalmente para 1988, recuperando-se em 1989 (Tabela 19). Ainda segundo os índices, podemos perceber um crescimento no total de recursos gastos com investimentos e serviço da dívida, principalmente para este último.

Outro fato marcante para o período é a acentuada elevação dos atrasados no total das despesas do SPP, o que significa que o Estado atrasou o pagamento de dívidas de uma forma crescente, procurando evitar com isso a queda no nível de investimento do Setor Público, seja a nível da administração direta ou a nível das empresas.

A explicação para este desempenho reside no fato de que durante o período (excessão feita para 1989) as políticas monetária e creditícia do Governo Federal foram bastante restritivas. O Governo Federal restringiu a rolagem da dívida dos estados e determinou um limite para a emissão de títulos do Estado. Soma-se a isso a queda no total de recursos disponíveis e o resultado foi a elevação dos atrasos nos pagamentos dos contratos realizados.

Assim podemos observar que as despesas com Investimentos e com o Serviço da Dívida foram efetuadas mediante a elevação dos atrasos de pagamento, enquanto os demais itens ou se mantiveram estáveis ou sofreram redução no seu montante.

Este é um panorama geral do que foi o período em termos de gastos públicos, conforme pode ser visto nas tabelas 18 e 19. Vamos agora fazer um estudo individual para cada item do agregado do SPP, fazendo uma distinção entre Administração direta e Empresas Públicas, buscando com isso explicar em qual instância do SPP ocorreram os fatos acima relatados ou se esses fatos se deram simultaneamente nas duas instâncias.

DESPESAS DE CUSTEIO

A análise da evolução global dos dispêndios com custeio do SPP, entre 1987/90, mostra que este item de despesa se manteve estável, mantendo-se como principal item de despesa do SPP, representando em média 50% do total de gastos.

As despesas de Custeio são divididas basicamente em dois itens: Pessoal e Reflexos, Outros Custeios. A despesa com pessoal é o principal item de despesa de Custeio respondendo por 60% em média (tabela IV) do total dos gastos com custeio. O item outros custeios (material de consumo, serviços de terceiros e diversos) respondem pelos restantes 40% dos gastos de custeio do SPP. Vamos apresentar o comportamento e peso destes dois itens entre as instâncias administrativas que compõe o SPP.

TABELA IV

DESPESAS DE CUSTEIO POR ITEM / TOTAL
GASTOS COM CUSTEIO - INDICE RELATIVO (em %).

	1986	1987	1988	1989
PESSOAL	64,2	62,2	56,0	60,1
OUTROS	35,2	37,8	44,0	39,9
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0

A evolução das despesas de pessoal da administração direta apresenta uma pequena alteração ao longo do período 1987/89. Verifica-se (Tabela 24) que o total de despesas com pessoal teve uma queda em sua participação no total das despesas efetuadas pela administração direta para o biênio 87/88, tendo uma pequena elevação em 1989. O principal motivo para esta redução foi a política salarial do governo federal, e por outro lado uma política de arrocho salarial adotada pelo governo do estado ao longo do biênio 87/88(7).

Segundo os índices de evolução deste item de despesa (Tabela 25), os gastos com pessoal sofreram uma forte queda em 1988, comprovando o movimento de contração dos salários ao longo do biênio.

Em 1989 há uma pequena recuperação dos salários, associada a recuperação da economia paulista e às fortes pressões do funcionalismo estadual para recuperação dos salários, aumentando o total das despesas com pessoal da administração direta. Apesar de constataremos que os gastos totais com pessoal em 89 voltaram a crescer, superando o total gasto em 1987, a participação dos gastos com pessoal para o total do setor público não se recuperou, ficando abaixo do índice de participação registrado em 1987.

(7) Durante o biênio 87/88 face a escasses de recursos do estado, o governo corrigiu o salário do funcionalismo estadual a um índice abaixo ao da inflação. Como prova disso basta verificarmos que em 88 o governo do estado suspendeu o pagamento da URP de abril e maio para o funcionalismo, e mesmo obrigado pelo judiciário a pagar estes gatilhos com retroatividade, o fez de maneira parcelada, de forma que os reajustes concedidos não recompossem as perdas ocorridas no período.

Como um segundo fator de queda nos gastos com pessoal, podemos apontar a necessidade do governo do estado em manter suas promessas de campanha no que tange a investimentos públicos. Isso fez com que o governo, impossibilitado de manter os seus investimentos com recursos próprios face a diminuição das suas receitas tributárias, usasse o arrocho salarial como um meio de liberar recursos para investimentos.

Com relação ao segundo item de despesa de Custeio da administração direta - Outros Custeios - há uma elevação significativa na sua participação no total das despesas efetivas da administração direta. Isto pode ser comprovado pela análise dos índices de evolução para este item, onde se verifica um aumento no montante de recursos gastos com outros custeios. Este índice mostra que houve um significativo aumento desses gastos em 1986, com uma pequena redução em 89, mas mantendo sempre acima do montante gasto em 1987.

O principal fator que explica este movimento é o crescimento elevado do item Serviços de Terceiros no total de despesa. Como mostra a Tabela 24, o total de despesa com Serviços de Terceiros em relação ao total de despesas efetivas da administração direta se elevou de 5,7% para 9%, 14,5% e 15,5% respectivamente em 1987/88/89. A contratação de Serviços de Terceiros por parte do governo do estado ao longo desse período é explicada pela

dificuldade do setor público paulista em atender a demanda por serviços por parte da população do estado.

Com relação aos gastos das empresas públicas, a evolução de suas despesas com pessoal revela-se estável ao longo do período. A maior alteração verificada ocorre em 1988, quando a participação deste gasto no total de despesas das empresas públicas declina de 12,5% para 9,1% em sua participação relativa.

As despesas das empresas públicas estaduais com Outros Custeios sofreram uma queda na sua participação relativa entre 1987/88, caindo de 24,1% para 19,6% sua participação no total de gastos das empresas. Apesar disso, houve uma elevação no total de recursos gastos com outros custeios. Assim a queda deste item de despesa na participação relativa das empresas públicas é explicada pela elevação da despesa com outros itens, como ficará demonstrado no decorrer deste capítulo.

Para 1989, ocorre uma pequena elevação na sua participação, passando dos 19,6% verificados para 1988 contra os 21,1% em 1989 (Tabela 30).

Em relação as autarquias verificam-se pequenas oscilações durante o período, onde se pode constatar que as despesas com pessoal cresceram na sua participação de 49,8 em 1987 para 52,5% em 1989, com uma pequena queda em 1988 ficando em 47,3%.

Quanto as despesas com Outros Custeios entre 1987 e 1988 constata-se que se mantiveram no mesmo nível

(13,11% em 87 e 13,47% em 88), enquanto em 1989 cai para 11,86% (tabela 27).

Finalmente, para o conjunto das fundações as despesas com Pessoal sofreram um acentuado declínio na sua participação relativa, principalmente para 1989. Sua participação relativa no total de gastos das fundações cai de 42,49% em 87 para 40,12% e 31,76% respectivamente em 88 e 89. Este movimento decrescente da participação relativa dos gastos com pessoal para as fundações é acompanhado pelo declínio acentuado do total de recursos gastos com este item em 1989.

Assim paralelamente a queda de participação deste item dentro da estrutura de gastos das fundações, há a queda do montante real de recursos gastos com esta despesa. Uma ressalva a ser feita é que em 1988, o índice de evolução deste item mostra uma evolução dos gastos nesse ano, ao contrário do que se poderia esperar pela análise dos índices de participação (tabela 34).

Quanto aos gastos com Outros Custeios o total de participação destes no total dos gastos das fundações cai de 36,51% em 87 para 32,75% em 88, recuperando-se em 89 atingindo 44,68%. Da mesma forma que os gastos com pessoal, em 88 o índice de evolução mostra uma evolução do montante gasto com este item, o que vai no sentido contrário ao seu índice de participação. Já para 89, o índice de evolução revela um acentuado crescimento nos gastos com outros custeios.

Cabe ressaltar que tanto as fundações, quanto as autarquias têm um peso muito pequeno sobre o total dos gastos do SPP, não tendo portanto, grande influência no total dos gastos do SPP.

Em suma, o declínio nos gastos de pessoal do conjunto do SPP verificado em 1988, deve-se basicamente a queda nos rendimentos do funcionalismo público na administração direta e principalmente para as empresas públicas. O mesmo podemos dizer com relação aos outros custeios do SPP. Em 1989, verifica-se uma recuperação dos salários do funcionalismo, o mesmo acontecendo com os gastos com pessoal.

INVESTIMENTOS

Dentro da estrutura de gastos do SPP, as despesas com investimentos tiveram um movimento de queda na sua participação relativa (1987/88) seguido de recuperação (1989). Este movimento não foi seguido pelo montante total de recursos gasto como pode ser visto na tabela dos índices de evolução (Tabela 19), que mostram que os recursos para investimento cresceram durante todo o período.

No tocante à distribuição dos gastos com investimentos entre as instâncias administrativas do SPP, (Tabela V) destaca-se a participação da administração descentralizada e particularmente, a do conjunto das empresas públicas.

TABELA V

INVESTIMENTOS DAS INSTÂNCIAS ADMINISTRATIVAS / TOTAL DE
INVESTIMENTOS DO SPP (em %).

Instância/ano	1986	1987	1988	1989
ADM. DIRETA	7,1	11,1	13,0	17,8
AUTARQUIAS	23,0	15,7	13,1	15,7
EMPRESAS	69,2	71,3	66,3	64,2
FUNDAÇÕES	0,7	1,9	2,6	2,3
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0

Para se ter uma idéia de sua importância observa-se que a administração descentralizada e empresas foram responsáveis por cerca de 85%, em média, dos investimentos realizados pelo SPP, entre 1987 e 1989. Desse total coube ao conjunto das empresas públicas cerca de 70%, em média, ficando os 20% restantes com as autarquias, já que a participação das fundações no total foi inexpressiva.

Cabe ressaltar que do total de recursos que as empresas, autarquias e fundações investem há uma parte considerável que corresponde aos repasses do governo estadual. Estes repasses correspondem a 20,0%, em média, do total de recursos disponível para as três instâncias administrativas. Dessa forma, a participação destas três instâncias no total dos investimentos do SPP, não corresponde a realidade se computarmos estes recursos repassados pela administração direta, via transferências.

Porém, durante o período verifica-se a elevação da participação da administração direta no total dos investimentos do SPP em 1988. Conforme podemos observar na Tabela V, a participação da administração direta no total dos investimentos do SPP subiu de 11,1% em 1987 para 13,0% e 17,8%, respectivamente, para 1988/89. Pela Tabela 25, que mostra os índices de evolução deste gasto, podemos notar que em valores reais houve quase que uma duplicação do montante investido de 1987 para 1989.

Quanto a administração descentralizada, mais especificamente as empresas públicas, teve uma elevação pouco significativa no total dos seus investimentos (Tabela 31) e queda na sua participação relativa dentro do total dos investimentos do SPP. Observando a Tabela , podemos verificar que sua participação era de 71,3% em 1987, caindo para 66,3% em 88 e 64,2% em 89.

Quanto a estrutura de financiamento dos investimentos - compostas basicamente pela geração própria de recursos, transferências de recursos do tesouro, operações de crédito e outras - observa-se que ao longo do período sofreram algumas alterações entre suas principais fontes de recursos.

- quanto a geração própria de recursos oriundos dos resultados operacionais, verifica-se que sofreram uma queda ao longo do período em razão da estagnação das receitas operacionais (corrosão tarifária e repercussão da crise sobre o consumo).

- as transferências do tesouro realizadas, apresentaram-se estáveis ao longo do período, tendo uma pequena queda em 88 (de 13,4% para 11,6%) face ao comportamento sofrível das receitas tributárias, recuperando-se em 89.

- quanto ao resultado das operações de crédito tiveram um extraordinário crescimento ao longo do período, tornando-se o principal instrumento de financiamento. Cabe ressaltar que estas operações de crédito basearam-se no atraso dos pagamentos referentes a dívida e serviços, constituindo-se no que se chama operações de crédito informais. As operações de crédito passaram a responder por 45%, em média, dos financiamentos obtidos pela administração descentralizada.

- as outras fontes respondem por parcela insignificante do total dos recursos de financiamento, e ainda sofrem uma queda no período.

Assim parcela ponderável dos recursos disponíveis estiveram atrelados ao pagamento dos serviços ou dívida, impedindo que as empresas mantivessem o seu nível de investimentos, ou mesmo que elevassem seus patamares de investimento.

SERVICO DA DÍVIDA

Os gastos realizados com o pagamento do serviço da dívida (interna e externa) do SPF, foi o item de despesa que apresentou maior variação no período entre 1987 e 1989. Houve um aumento significativo dos custos financeiros dentro da estrutura de gastos do SPF (principalmente em 1988, quando pula de 23,4% para 37,4%, caindo ao patamar 23,9% em 1989 - fruto de resolução 1469 do Banco Central, do Ministro Mailson de Nóbrega, que determinava o controle sobre novos financiamentos).

No tocante à sua distribuição entre as instâncias administrativas (Tabela VI), destaca-se a influência do conjunto das empresas públicas do Estado, na determinação da ascensão das despesas com serviço da dívida. As mesmas representam 65%, em média, do total do serviço da dívida do SPF, com destaque acentuado em 1988, quando representa 90% das despesas com serviço da dívida do SPF.

Esta elevada participação das empresas públicas no total das despesas de serviço da dívida advem do alto endividamento que estas empresas obtiveram ainda na segunda metade da década de 70, agravada pelas constantes desvalorizações cambiais e pelo elevado aperto do crédito interno (ao longo destes últimos anos). Esta situação ao longo do período em estudo se repete com pequenas desvalorizações do cruzeiro, constantes apertos do crédito interno e dificuldades constantes na rolagem da dívida.

TABELA VI

GASTOS DAS INST. ADMINISTRATIVAS COM SERV. DA DíV. / TOTAL DE
GASTOS DO SPP COM SERV. DA DíV. (em %).

Instâncias/ano	1986	1987	1988	1989
ADM. DIRETA	15,8	12,8	9,1	17,4
AUTARQUIAS	3,0	3,7	0,1	1,8
EMPRESAS	81,1	83,4	90,8	80,7
FUNDAÇÕES	0,1	0,1	0,0	0,1
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0

Conforme pode ser comprovado pelos índices de evolução dos gastos com serviço da dívida, em 1988 os gastos com este item de despesa mais que duplicaram, sofrendo um recuo em 1989. Isto explica o porque da queda verificada nos gastos com pessoal e a estagnação dos investimentos. Os custos financeiros ocasionados pelo endividamento, tornaram a operacionalidade destas empresas problemáticas, com muitas destas empresas tendo que recorrer ao tesouro estadual para se socorrer.

Para tentar contornar essa situação o Governo Estadual recorreu a uma forma "heterodoxa" de financiamento, entre 1987/89, via acúmulo de atrasados financeiros, conforme dados apresentados na Tabela 29. Assim evitou-se um colapso financeiro das empresas públicas estaduais, maiores responsáveis pelos investimentos do SPP.

Por outro lado, as despesas com serviço da dívida realizadas pela administração direta teve crescimento contínuo durante o período em estudo. A prova disso está nos índices de evolução deste item de despesa (tabela 25), que mostram um crescimento real dos gastos com serviço da dívida. Isto ocorre face a redução dos serviços da dívida da administração descentralizada, em particular das empresas estaduais, em 1989. Ainda em relação a administração direta o que se verifica é o crescimento dos atrasados financeiros como forma de "financiamento". Desta forma o Estado pode cumprir um amplo leque de investimentos públicos, principalmente em 1989, quando há uma pequena recuperação da estrutura de financiamento do SFP.

Um último aspecto a ser destacado diz respeito a evolução das operações líquidas de crédito, uma vez que, quando se compara a evolução do serviço da dívida e das captações de recursos via operações de crédito, verifica-se que o ritmo de crescimento da primeira foi superior ao da segunda. Isto significa que o SFP passou a conviver com um déficit substancial e sistemático na captação líquida de recursos, isto é, recursos captados através das operações de crédito não chegaram sequer a ser suficientes para saldar o serviço da dívida. Nesse sentido, os saldos líquidos das operações de crédito constituíram-se num vertedouro de recursos públicos correntes, dificultando sobremaneira a administração das contas públicas.

OUTRAS DESPESAS

O item outras despesas - composto pelas despesas diversas da administração direta, autarquias, fundações, e despesas diversas do conjunto das empresas públicas do Estado - foi outro componente da estrutura de gastos do SPP que manteve seus níveis de gastos ao longo do período em estudo. Porém como em outros itens, verificarse uma queda na sua participação no total de gastos do SPP no ano de 1988, caindo de 8,2% em 1987 para 4,1% em 1988, voltando a crescer em 1989 para 8,7%.

Isto pode ser comprovado pela tabela dos índices de evolução (tabela 19) onde se verifica que há uma redução acentuada no montante de recursos gastos com outras despesas por parte do SPP.

Novamente o responsável por este movimento é o conjunto das empresas públicas, fato verificado quando da observação da distribuição deste tipo de gasto entre as instâncias administrativas (Tabela VII) onde, as mesmas representam em média, cerca de 75% do total destas despesas ao longo do período.

TABELA VII

GASTOS DAS INST. ADM. COM OUTRAS DESPESAS / TOTAL DE GASTOS
DO SPP COM OUTRAS DESPESAS (em %).

Instâncias/ano	1986	1987	1988	1989
ADM. DIRETA	26,8	15,4	27,9	23,0
AUTARQUIAS	9,6	6,5	1,8	2,2
EMPRESAS	43,5	77,5	69,6	74,6
FUNDAÇÕES	0,0	0,0	0,5	0,1
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0

Analisando em separado o conjunto das empresas públicas verificamos que a maior alteração no período se dá para o ano de 1988, quando ocorre uma queda na participação das empresas públicas no total de despesas com outros de 77,98% em 1987 para 69,81% em 1988, subindo para 74,67% em 1989. Este fato é comprovado pelos gastos reais efetuados pelas empresas públicas conforme observado na tabela 31, do índices de evolução da despesa.

Cabe ressaltar que os fatores que compõe os gastos com outros do SPP são compra de energia para revenda e importação de energia elétrica (setor elétrico), compra de material de manutenção e compra de combustível (setor transporte) e outros.

Com relação a este tipo de gastos feito pela administração direta, nota-se uma acentuada elevação em 1988, com sua participação no total chegando a 27,84%,

contra 15,45% em 1987 e 23,06% em 1989. No entanto a alteração mais significativa do período é com relação à participação das autarquias no total. Registra-se no período uma queda na participação das autarquias que em 1987 representavam 6,57% do total passando em 1988/89, respectivamente, a 1,84% e 2,27%.

Torna-se, portanto, razoável concluir que apesar da redução significativa deste item de despesa se concentrar nas empresas públicas e no ano de 1988, a evolução da "Outras Despesas" reduziu ainda mais o já estreito grau de flexibilidade das despesas do SPP, com reflexos imediatos na execução de seus investimentos e prestações de serviços básicos.

* * * * *

Do exposto ao longo do Capítulo III, verifica-se que a evolução da estrutura de gastos do SPP, em consequência do comportamento e limitações das suas principais fontes de financiamento, apresentou algumas mudanças ao longo do período em estudo.

No que diz respeito aos tipos de gastos realizados (Tabela 17), observou-se que as maiores mudanças ocorreram em 1988, de onde podemos concluir que a política econômica teve influência significativa para a estrutura de gastos do SPP. Como fruto destas mudanças, verifica-se que os gastos do SPP com pessoal reduziu-se no período, o que

significa dizer que houve uma perda nos salários reais do funcionalismo.

Por outro lado, verificase-se que ao final do período houveram pequenas elevações nos demais itens de gasto, ou seja, investimentos, serviços de dívida e outros, ficando os serviços da dívida e outros com as alterações mais significativas.

Essa modificação no perfil da estrutura de gastos do SFP evidencia a tendência do agravamento da questão da dívida pública, e da crise de financiamento por que passa o estado brasileiro em seus três níveis administrativos. Mostra, também, que o setor mais moderno do Estado (empresas públicas) passa por um momento crítico, cada vez mais comprometido com suas despesas financeiras⁽⁸⁾.

(8) Pela impossibilidade de acesso aos dados referentes aos estoques de dívida e ao montante do déficit público, ficamos impossibilitados de uma demonstração mais clara da sua importância para a questão.

CAPÍTULO 4 - SETOR PÚBLICO, BANCOS ESTADUAIS, E DÍVIDA MOBILIÁRIA.

Neste tópico, o nosso objetivo será o de mostrar a relação existente entre o Setor Público Paulista e os Bancos estaduais, a importância destes para o financiamento do SPP, e quais os problemas oriundos deste relacionamento.

Como ficou demonstrado nos capítulos anteriores, o SPP teve nas operações de crédito uma importante fonte de financiamento ao longo do período em estudo. Boa parte destes financiamentos foram conseguidos através de contratos internos ou através de emissões de títulos públicos (como consequência, há o aumento da dívida mobiliária). Mas aonde entram os Bancos estaduais nessa questão? (vamos considerar para efeito de análise apenas o banco do estado de São Paulo, por ser este o maior entre os bancos do estado, e por funcionar como um típico banco comercial).

Devemos buscar a explicação para a extensão a que chegou o endividamento dos governos estaduais com os bancos oficiais do próprio estado nas mudanças ocorridas nas condições de financiamento da economia brasileira e, em particular, na capacidade de financiamento do Setor Público no início dos anos oitenta. As raízes desse movimento encontram-se nos anos setenta, quando o esforço para

desencadear um amplo programa de investimentos, que estavam na sua grande maioria, calcados em gastos sustentados pelo Estado sem a realização de mudanças de porte nas condições de financiamento, geraram dificuldades para sustentar o volume de investimentos exigidos pelo II PND. As deficiências do sistema tributário, aliado aos custos financeiros provenientes do endividamento externo e interno, criavam entraves à expansão dos gastos públicos e levaram à ampliação do grau de endividamento.

Ao longo dos anos 70, a demanda de recursos pode ser atendida graças às captações de recursos no mercado interno e pela intermediação dos recursos externos. Assim foi possível assegurar as fontes necessárias para rolagem dos empréstimos governamentais. As facilidades de reciclar a dívida através da contratação de novas operações de crédito, compensavam, por completo, os problemas que pudessem ocorrer face a inadimplência do Setor Público. Dessa forma não se observa, ao longo da segunda metade dos anos setenta, a expansão inexorável do comprometimento dos agentes financeiros estaduais com o Setor Público.

A partir de 1979 começam a ficar transparentes os problemas de financiamento da economia brasileira. A crise do petróleo e da taxa de juros internacionais, obrigam o Setor Público a desencadear uma política de contenção dos gastos (surtem problemas relacionados ao déficit público) e a implementar políticas monetária e creditícia restritivas.

A partir de 1982, após o "setembro negro", praticamente cessam os fluxos de recursos oriundos do exterior. O fim da entrada de recursos de origem externa eliminou a fonte de que se valia o Estado para financiar parte expressiva do déficit, obrigando-o a voltar-se para as fontes de financiamento internas. Estas fontes de financiamento interno se constituíam basicamente de emissões monetárias e do lançamento de títulos da dívida pública.

A partir deste momento ficava claro a deterioração das condições de financiamento dos governos estaduais causadas pelo esgotamento dos financiamentos externos, ao mesmo tempo em que se verificavam queda na arrecadação, queda no montante das transferências constitucionais e elevação dos encargos da dívida.

O resultado deste movimento da economia foi a concentração das operações de crédito dos governos estaduais com os bancos oficiais do próprio estado. O controle da autoridade estadual sobre os órgãos financeiros favoreceu a sua utilização como mera extensão do Tesouro Estadual, sem preocupação com a saúde financeira das instituições (bancos estaduais), que eram obrigadas a buscar recursos a qualquer preço no mercado para sustentar as operações de crédito com as entidades oficiais. As aplicações respondem preferencialmente às necessidades do SP, e cumprem o papel de apêndice do Tesouro.

Por outro lado, o Banespa e os demais bancos estaduais encontram dificuldades para reciclar suas dívidas

junto às instituições oficiais e de crédito do exterior, e por consequência deixam de rolar as dívidas contraídas pelo SPP junto a estas instituições, obrigando o SPP a saldá-las.

O aumento da inadimplência por parte dos órgãos públicos e empresas atingidas pela crise, sem condições de cumprir seus compromissos financeiros com os bancos estaduais, acabam fragilizando a situação patrimonial das instituições, obrigadas a elevar o custo médio de captação para atender à demanda do Setor Público e sustentar a rolagem das dívidas não honradas. É neste ponto que começa o problema da relação bancos do Estado e Setor Público.

Um outro problema, intimamente ligado a este é com relação à colocação/emissão de títulos públicos (OTE), por parte do SPP (mais especificamente a administração direta) no mercado financeiro. Neste caso entretanto, surgem dois problemas fundamentais:

- os títulos do governo paulista só podem ser emitidos mediante autorização do Banco Central, e são concorrentes do títulos do governo federal (posteriormente à constituição de 1988, mediante autorização do Congresso). Após o fim dos empréstimos externos em 1982, os títulos públicos passam a ser uma das principais formas de financiamento do setor público como um todo, e por consequência do Tesouro do estado. Assim, tanto o governo federal como estadual passam a emitir títulos como forma de captar recursos para efetuar seus gastos. Aliado a este problema surge um segundo, o déficit público que se torna um

problema crônico da economia brasileira, passando a sofrer variações constantes no seu "tamanho", ora crescendo, ora diminuindo, gerando instabilidade na economia brasileira. Mas o leitor deve estar se perguntando, qual a relação deste aumento no déficit público com a emissão de títulos por parte das instâncias de governo?

A explicação é simples. Com a emissão de títulos passando a ser uma das principais fontes de financiamento do SFP, via operações de crédito, o aumento do déficit faz com que haja uma maior necessidade de emissão de títulos por parte do SF, visando com isso cobrir os déficits registrados.

Há um porém nesta questão. Tanto governo estadual como governo federal têm déficits nos seus orçamentos, e ambos procuram cobrir estes buracos com a emissão de títulos. No entanto, a emissão é controlada pelo Banco Central, que está empenhado em atender os interesses da política econômica, centrada na contenção das necessidades de financiamento, comprometendo a situação financeira dos estados pelo maior controle exercido sobre o montante de emissões de títulos dos estados. Esta situação vai gerar problemas de caixa para o estado, conforme será visto mais adiante.

Por outro lado, a constante emissão de títulos públicos acaba aumentando o estoque da dívida Mobiliária do estado, e conseqüentemente, aumenta os encargos financeiros dela oriundos.

Partindo para a análise do período em estudo, este quadro apresentado torna-se caótico. A partir de 1987, o Estado de São Paulo (assim como os demais estados da nação) passa por sérias dificuldades econômicas, conforme visto no capítulo I. É nesse momento que esta relação tem o seu momento crítico.

De um lado, o governo federal luta para conter o déficit público, e para isso diminui o limite de rolagem da dívida dos Estados (de 100% para 75%). Aliado a este problema, ao final de 1986 começa um movimento de brutal elevação da taxa de juros interna, que se verifica até o final do período (1989), o que eleva ainda mais os encargos a serem pagos em decorrência da dívida. O quadro é o seguinte:

- a elevação das taxas de juros, dado o grande estoque da dívida pública, acaba onerando sobremaneira o SPP;

- o Banespa, é o principal parceiro financeiro do estado (a nível interno - ver tabela VIII) e principal responsável pela rolagem da dívida do SPP. Dada a inadimplência deste é o Banespa quem sofre com o ônus de ter de arcar com a rolagem da dívida e ainda se vê obrigado a aceitar novos títulos em seu ativo;

TABELA VIII
 OPERAÇÕES DE CRÉDITO DO GOVERNO/ OPERAÇÕES
 DE CRÉDITO TOTAL (BANESPA)

ANO	BANESPA
1984	91,8%
1985	92,3%
1986	73,6%
1987	82,5%
1988	88,6%

- as constantes emissões de títulos feita pelo tesouro estadual, levam a crescente desconfiança dos agentes econômicos em relação aos títulos estaduais, o que os leva a fugir dos mesmos por serem os títulos federais mais confiáveis. Desta forma torna-se difícil para o Banespa captar novos recursos, a não ser pela elevação da remuneração de seus papéis;

Neste ponto convém destacar o crescimento da emissão da dívida mobiliária do estado (ver tabela IX) ao longo do período em estudo. Apesar das medidas de redução da rolagem da dívida esta continuou a crescer. Somente em 1986, quando o aperto monetário e o violento controle das emissões de títulos exercida pelas autoridades monetárias associada às dificuldades para rolagem das dívidas se fizeram de maneira mais rígida (Res. 1469), é que o estoque da dívida mobiliária decresceu.

TABELA IX
EVOLUÇÃO DA DÍVIDA MOBILIÁRIA DO ESTADO
ANO A ANO (EM MIL CRUZEIROS DE 1989)

ANO	VALOR
1986	27 594 761
1987	29 707 154
1988	24 274 281
1989	41 343 767

Fonte: Anuário Estatístico do Estado de São Paulo.
Deflator: IGP - Fundação Getúlio Vargas.

Conforme verificamos na tabela, as políticas de contenção da rolagem da dívida surtiram algum efeito até 1988, sendo que em 1989 há uma emissão acelerada de títulos públicos estaduais.

Uma segunda medida no sentido de conter o endividamento dos estados é a proibição das operações de crédito do SPP com os bancos oficiais do estado. Isto significa que o Tesouro estadual e as empresas vão ter de desembolsar recursos para saldar parte das dívidas contraídas por estes órgãos.

Frente a estas medidas o Tesouro do estado se vê obrigado a saldar parte de suas dívidas, dada a impossibilidade de rolagem das mesmas. Na indisponibilidade de recursos para fazê-lo, o estado aumenta o seu grau de

inadimplência. Para o Banespa, a inadimplência do SP aumenta a necessidade de captar recursos no mercado em prazos cada vez menores, para cobrir os títulos estaduais em seu poder, com taxas cada vez mais elevadas tornando complicada a situação do banco, colocando esse tipo de sistema de financiamento em risco.

Cabe ressaltar que a inadimplência não se refere apenas ao pagamento dos serviços da dívida pública interna, mas também referentes aos repasses de verbas do exterior e de agências oficiais com a intermediação do Banespa. Assim o Banespa tem dificuldades de caixa, pela necessidade de cobrir o seu ativo inchado com empréstimos ao tesouro e de títulos públicos, tendo para isso se lançar CDBs e RDBs com taxas de remuneração muito acima das de mercado.

A especificidade do momento e a coincidência da ação deletéria de vários fatores sobre bancos e governos estaduais - como a aceleração inflacionária, alta da taxa de juros, forte queda na receita tributária, perda de liquidez e base de captação, expansão da inadimplência - agravaram o deterioramento das finanças tanto dos governos como dos bancos.

Esta situação é menos sentida em 1989, pois há o relaxamento do controle sobre o crédito e a emissão de títulos da dívida mobiliária. Podemos considerar como um dos principais fatores que explicam esta situação a aproximação das eleições presidenciais.

Em 1990, os problemas dos estados com a rolagem das dívidas volta com toda força. O novo governo eleito tomou como uma de suas principais metas cortar o déficit público e por isso se utilizou dos mesmos mecanismos de controle utilizados até 1988.

Como exemplo claro desta situação, cabe fazermos referência a dois artigos recentemente publicados^(?), que mostram com clareza a situação em que os bancos estaduais são colocados por este sistema de financiamento e as implicações para o SPP do comprometimento das finanças dos bancos.

O primeiro artigo coloca claramente o jogo de poder que existe em torno das negociações entre equipe econômica e os governos estaduais, em torno da rolagem da dívida. O artigo que tem como tema a Guerra do BC contra Estados, mostra como o governo federal através do BC procurou conter a liquidez agregada da economia.

Os estados têm no OPEN MARKET o principal mecanismo para colocação de títulos. É no OPEN que seus títulos são girados pelas instituições financeiras. Neste processo vigorava um mecanismo que se chama de "zeragem automática", que é quando ao final do dia uma instituição financeira, no caso os bancos estaduais responsáveis pela maior parte, ou se não a totalidade, do giro dos títulos estaduais, não consegue zerar sua posição - equilibrar o

(?) KUNHGZ, D. G. - "Os Governadores Reféns". Folha de São Paulo, S. Paulo, 13 de abril de 1991 e
NASSIF, L. - "Guerra do BC contra Estados". Folha de São Paulo, S. Paulo, 7 de abril de 1991.

caixa - o BC encarregava-se de zerar a sua posição, mediante a compra de dinheiro de quem fechou o dia com sobra e emprestava a estes que necessitavam. No intuito de conter a liquidez agregada o BC fechou este mecanismo.

Os bancos que não fechavam seu caixa passaram a se utilizar das linhas de redesconto do BC, que eram mais caras que o antigo mecanismo de "zeragem automática". Apesar disso a tentativa de se controlar o liquidez agregada foi infrutífera, dado que os estados passaram a ter poder de criar moeda, bastando para isto soltar um título sem tomador do outro lado. Com isso seu banco estadual tinha de ir ao redesconto, fazendo com que "a torneira jorrasse automaticamente".

Numa nova tentativa de controle da liquidez, o BC aperta a política monetária, retirando dinheiro da economia e elevando as taxas de juros. Neste momento ele esbarra na situação das dívidas estaduais. Com a retirada de dinheiro da economia, as distribuidoras do estado, responsáveis pela administração das dívidas estaduais, impedidas que eram de recorrer às linhas de redesconto se viram em situação delicada, cabendo novamente ao BC o socorro destas instituições.

O BC realizou esta operação de injeção de recursos no mercado através da Gerência de Operações Financeiras (Gerof). O que ocorreu foi que a tão esperada contenção da liquidez agregada não vingou, pois os recursos que não saíam através da zeragem automática e/ou redesconto

passaram a sair através da Gerof. A diferença fundamental é que os financiadores passaram a cobrar do Estados taxas de juros cada vez mais elevadas para aplicar em seus títulos, causando enormes prejuízos aos bancos.

Na tentativa de controlar as finanças estaduais, e controlar o déficit público global, o BC divulgou uma regulamentação extremamente rigorosa para os bancos que recorressem seguidamente ao redesconto. Depois disso tirou da Gerof o papel de financiadora do mercado, onde financiava cerca de US\$ 2 bilhões em títulos estaduais. Com esta medida, os bancos privados deixaram de comprar os títulos estaduais, pois estes deixaram de ser confiáveis, cabendo aos Estados empurrar toda a sua dívida nas costas dos bancos estaduais. Nesta situação, os bancos estaduais se viram obrigados a captar um montante de recursos muito grande para cobrir o giro dos títulos. Impossibilitados de conseguir estes recursos no mercado, os bancos estaduais foram obrigados a recorrer ao redesconto do BC para financiar este montante excedente de títulos, passando a depender da vontade política dos gestores da política econômica para conseguirem estes recursos.

A intenção final do BC era controlar o déficit dos estados, enquadrando-os dentro de um esquema global de contenção de gastos que o governo vinha tentando. Com as medidas tomadas pelo BC, os bancos estaduais acabaram por ter em risco sua sobrevivência, dado o comprometimento das suas contas com o Estado. Por sua vez os Estados que

detêm uma dívida mobiliária muito grande, como é o caso de São Paulo, caíram na armadilha da especulação financeira armada pelo próprio BC, enfrentando sérias dificuldades oriundas de encargos financeiros absurdos.

Com isso o que se verificou é que ao final deste jogo de poder, o resultado foi desfavorável aos estados que se viram dependentes politicamente do governo federal decorrente da dependência financeira criada através do BC.

Assim o que se evidencia no exame das aplicações financeiras dos bancos estaduais, é a importância das operações de crédito com os governos estaduais e reforça o argumento de que não se pode pensar a situação dos bancos estaduais de forma isolada em relação à própria sorte dos respectivos estados. A elevada concentração das operações de crédito não deixa dúvida que o desempenho do agente financeiro está indissoluvelmente ligada à situação financeira do principal tomador dos empréstimos.

5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Os problemas do Setor Público Paulista revelam de forma mais complexa a crise pela qual passam os estados brasileiros, após o fracasso do Plano Cruzado. As especificidades do Estado de São Paulo permitem compreender melhor as contradições da economia brasileira no período.

Em primeiro lugar, o Setor Público paulista é o que espelha da melhor forma os dilemas da economia brasileira e as formas de intervenção estatal, desenvolvidas a partir do governo central, que aparecem como fatores centrais da crise da economia brasileira. O processo de descentralização administrativa - que permitiu a emergência das empresas públicas - se consolidou de forma bastante acentuada em São Paulo. Porém se estas empresas puderam sustentar os investimentos públicos durante um certo período, encontram-se hoje incapazes de fazê-lo frente aos graves desequilíbrios financeiros que enfrentam.

O movimento de endividamento ascendente tanto do Tesouro Estadual quanto daquelas empresas públicas, acarretam custos financeiros crescentes que imobilizam e distorcem o caráter público do processo decisório sobre as ações sócio-econômicas do governo estadual.

O Estado de São Paulo possui a base econômica mais avançada do país, e portanto com a maior capacidade de gerar recursos próprios, e potencialmente, um maior grau de

liberdade frente ao governo central. O advento da crise econômica afetou com maior intensidade exatamente o Estado de São Paulo, pois "é aqui que está a dinâmica expansionista ou estagnacionista da economia nacional"⁽¹⁰⁾. A capacidade do Setor Público efetuar gastos de características sociais e com base nos seus recursos fiscais diminuem sensivelmente, pela deterioração de suas finanças e de sua autonomia, fruto do desgaste causado pelas instabilidades conjunturais e pela estagnação da economia brasileira.

Neste sentido a crise vivida pelo setor público ao final de 1986 e durante todo o período analisado neste trabalho, mostra claramente a queda dos recursos de origem fiscal no total dos recursos do SFP. Este movimento está acompanhado da queda dos recursos próprios, principalmente das receitas operacionais das empresas. Ambas as mudanças foram acompanhadas pelo crescimento acelerado dos recursos obtidos via operações de crédito, principalmente os créditos informais, que vêm comprovar o crescimento da inadimplência do setor público em relação ao pagamento de seus compromissos.

Por outro lado diminuem acentuadamente os recursos provenientes do mercado oficial de crédito, bem como as possibilidades de emissões de títulos no mercado, cerceadas pelo caráter restritivo das medidas de política

(10) BONINI, M. R. - "Setor Público Paulista no Contexto da Crise Econômica dos anos 80". Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, julho de 1988.

monetária e creditícia adotadas pelas autoridades monetárias.

O resultado deste processo foi o comprometimento ainda maior das finanças públicas estaduais, voltando a depender da vontade política do governo federal para liberar recursos e permitir a rolagem das dívidas estaduais. O comprometimento dos órgãos financeiros do estado (Banespa, Badesp e Caixa Econômica Estadual) com o processo de reciclagem da dívida em montantes absurdos e em condições amplamente desfavoráveis, colaborou para que a dependência em relação ao governo federal se acentuasse.

Assim podemos terminar mostrando que o período foi marcado pela crise das finanças públicas estaduais, geradas a partir de políticas de ajuste que não combatiam as distorções do sistema de financiamento brasileiro, e ao contrário, acabavam agravando as distorções existentes.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Júlio Gomes de, Sistema Bancário Público e Privado: Mudança na estrutura de recursos e tendências de custo e lucro. (1985/87). São Paulo, IESP/FUNDAF, 1988, relatório de pesquisa nº 13.
- BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello, Economia do Setor Público. São Paulo, IESP/FUNDAF, 1987, relatório de pesquisa nº 10, volume 3, 269 - 305 pps.
- BONINI, Mário Roque, Setor Público Paulista no Contexto da Crise Econômica dos anos 80. Campinas, UNICAMP/IE, 1988, tese de mestrado.
- BRUGINSKI DE PAULA, Tomás, Financiamento das Empresas Estatais. São Paulo, IESP/FUNDAF, 1989, relatório de pesquisa nº 8, vol. 1.
- CARNEIRO, Ricardo (Org.), A Heterodoxia em Xaque. São Paulo/Campinas, Biental/UNICAMP, 1988.
- CARNEIRO, Ricardo & BAUNAIN, Antônio Márcio (Orgs.), O Retorno da Ortodoxia. São Paulo/Campinas, Biental/UNICAMP, 1989.
- CARNEIRO, Ricardo Medeiros de, Crise, Estagnação e hiperinflação: a economia brasileira nos anos 90. Campinas, UNICAMP/IE, 1991, tese de doutorado.
- LOPREATO, Francisco Luiz Cazeiro, Evolução da Participação Estadual na Distribuição Institucional de Renda. Campinas, UNICAMP/IFCH, 1981, tese de mestrado.
- LOPREATO, Francisco Luiz Cazeiro, Finanças Públicas e Bancos Oficiais Estaduais. Campinas, 1991.
- OLIVEIRA, Fabrício Augusto de & BIASOTO Jr., Geraldo (Orgs.), A Política Econômica no Limiar da Hiperinflação. Campinas, Hucitec, 1990.

- OLIVEIRA, Fabrício Augusto de, Déficit e Endividamento do Setor Público, São Paulo, IESP/FUNDAF, 1988, relatório de pesquisa nº 5.
- REVISTA DA FUNDAÇÃO SEADE, São Paulo & Conjuntura, São Paulo, SEADE, 1988, nºs 3 e 12.
-----, São Paulo & Conjuntura, São Paulo, SEADE, 1989, vols. 4 e 5.
-----, São Paulo & Conjuntura, São Paulo, SEADE, 1990, vol. 5.
- TEIXEIRA, Walmes Guimarães, Tendências Estruturais do Sistema Financeiro, São Paulo, IESP/FUNDAF, 1988, relatório de pesquisa nº 7.

TABELAS

TABELA 1
EVOLUCAO DAS FONTES DE FINANCIAMENTO DO SPP

US\$ MILHOES DE 1988

ITENS	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
RECURSOS DO TESOURO	5.722,5	5.748,5	5.340,3	5.682,6	4.577,6	4.545,0	5.871,9	8.160,2	7.465,3	6.643,4	8.829,5
RECEITAS PROPRIAS	3.304,3	3.459,4	4.995,5	5.496,1	4.713,9	4.389,2	5.479,8	5.933,6	6.399,3	6.160,1	5.732,7
OPERACOES DE CREDITO	2.938,3	2.833,2	3.690,0	3.626,9	3.787,0	5.112,0	5.975,6	4.438,3	5.213,5	8.565,4	5.988,6
FORMAIS	2.938,3	2.396,4	3.151,4	2.769,2	1.157,6	2.834,2	4.212,7	3.701,8	3.296,7	3.401,0	2.291,5
INFORMAIS	0,0	436,9	538,6	857,7	2.629,4	2.277,8	1.762,9	736,5	1.916,8	5.164,4	3.697,1
OUTRAS FONTES	1.032,5	815,5	733,8	756,9	474,8	454,2	558,8	624,4	593,5	983,4	983,4
TOTAL S/ INFORMAIS	12.997,6	12.419,8	14.221,0	14.704,8	10.923,9	12.222,6	16.123,2	18.420,0	17.754,8	17.187,9	17.246,2
informais	0,0	436,9	538,6	857,7	2.629,4	2.277,8	1.762,9	736,5	1.916,8	5.164,4	3.697,1
TOTAL C/ INFORMAIS	12.997,6	12.856,7	14.759,6	15.562,5	13.553,3	14.500,4	17.886,1	19.156,5	19.671,6	22.352,3	20.943,3

FONTE: Balanco Geral do Estado, DIPLAF/SF, REQ/CPD/SEP.

ELABORACAO: Area Setor Publico Paulista - IESP/FUNDAP.

TABELA 2
EVOLUÇÃO DAS FONTES DE FINANCIAMENTO DO SPP

(em %)

ITENS	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
RECURSOS DO TESOURO	44,0	44,7	36,2	36,5	33,8	31,3	32,8	42,6	37,9	29,2	35,4
RECEITAS PRÓPRIAS	25,4	26,9	33,8	35,3	34,8	30,3	30,6	31,0	32,5	27,6	27,5
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	22,6	22,0	25,0	23,3	27,9	35,3	33,4	23,2	26,5	38,3	28,4
FORMAIS	22,6	18,6	21,4	17,8	8,5	19,5	23,6	19,3	16,8	15,2	11,0
INFORMAIS	0,0	3,4	3,6	5,5	19,4	15,7	9,9	3,8	9,7	23,1	17,4
OUTRAS FONTES	7,9	6,3	5,0	4,9	3,5	3,1	3,1	3,3	3,0	4,4	4,7
TOTAL S/ INFORMAIS	100,0	96,6	96,4	94,5	80,6	84,3	90,1	96,2	90,3	76,9	82,8
informais	0,0	3,4	3,6	5,5	19,4	15,7	9,9	3,8	9,7	23,1	17,4
TOTAL C/ INFORMAIS	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

* OBS: Participação Relativa em Relação ao total COM o Crédito Informal

TABELA 3
EVOLUCAO DAS FONTES DE FINANCIAMENTO DO SPP

BASE 1979 = 100

ITENS	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
RECURSOS DO TESOURO	100	100	93	99	80	79	103	143	130	116	144
RECEITAS PROPRIAS	100	105	151	166	143	133	166	180	194	186	174
OPERACOES DE CREDITO	100	96	126	123	129	174	203	151	177	292	202
FORMAIS	100	82	107	94	39	96	143	126	112	116	78
INFORMAIS	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---
OUTRAS FONTES	100	79	71	73	46	44	54	60	57	95	90
TOTAL S/ INFORMAIS	100	96	109	113	84	94	124	142	137	132	133
Informais	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---
TOTAL C/ INFORMAIS	100	99	114	120	104	112	138	147	151	172	161

FONTE: Balanco Geral do Estado, DIPLAF/SF, REQ/CPQ/SEP.

ELABORACAO: Area Setor Publico Paulista - IESP/FUNDIAP.

TABELA 4
EVOLUCAO DAS RECEITAS DA ADMINISTRACAO DIRETA

US\$ MILHOES DE 1988

ITEMS	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
RECEITA TRIBUTARIA	5.456,3	5.499,3	5.000,0	5.230,6	4.469,2	4.404,8	5.309,8	7.176,8	6.131,6	5.937,1	6.831,7
ICM-QPE	5.261,7	5.319,4	4.837,2	5.029,0	4.310,5	4.278,0	5.157,1	6.889,2	5.934,6	5.796,3	6.617,7
ITBI-QPE	51,3	46,3	37,7	69,5	49,2	41,1	43,1	58,6	37,7	31,4	5,2
IPVA-QPE	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	88,5	40,4	28,5	12,7
I. RENDA E PROVENTOS	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	127,4
TAXAS	143,3	133,6	125,1	132,1	109,5	85,7	109,6	140,5	119,9	80,9	65,3
OPERACOES DE CREDITO	844,6	591,1	808,9	554,0	257,8	558,1	637,2	896,0	854,1	605,5	893,4
TITULOS(ORTP)	667,9	462,6	661,3	336,2	190,1	344,5	562,4	756,4	827,2	231,0	847,7
CONTRATOS INTERNOS	2,7	48,8	0,1	3,1	57,1	73,1	37,6	58,7	26,9	344,4	11,3
CONTRATOS EXTERNOS	174,0	79,7	147,5	214,7	10,6	140,5	37,2	80,9	0,0	30,1	14,4
TRANSFERENCIAS FEDERAIS	714,9	562,3	500,5	591,7	420,9	399,5	457,6	595,1	552,3	969,1	978,8
QP-FPE	29,7	25,7	22,0	38,8	23,6	17,5	34,9	102,3	70,0	67,9	79,0
QP-ISTR	11,8	5,1	14,7	11,9	8,1	8,1	8,9	27,1	20,2	14,9	3,3
QP-IULCLG	43,7	89,9	36,7	35,7	29,3	15,8	14,8	20,8	31,4	37,5	4,4
QP-IULCLG/ADICIONAL	116,4	10,3	6,1	4,4	3,0	1,8	1,6	2,3	2,4	0,9	1,7
QP-IUSE	76,4	56,5	69,8	74,5	62,2	57,5	58,8	73,4	51,6	38,7	6,5
QP-IUM	18,1	15,4	11,0	18,8	9,8	7,0	8,4	11,0	16,5	4,8	2,2
QP-TRU	63,8	74,5	31,8	30,1	32,7	19,6	19,2	0,3	0,0	0,0	2,0
PME	0,0	0,0	47,7	50,1	33,7	25,8	15,3	3,4	0,0	0,0	0,0
PROGRESS	21,7	12,8	17,1	24,4	13,0	8,1	3,5	2,8	0,0	0,0	0,0
QPE-SALARIO EDUCACAO	171,4	161,6	157,9	204,1	113,1	143,1	122,5	188,7	169,9	155,7	113,7
QP-IMP S/OPER. CRED.	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
IR-FONTE	127,3	100,2	82,0	89,5	82,6	90,4	151,9	135,3	178,5	135,6	207,5
CONVENIOS	34,6	10,3	3,7	9,4	9,8	4,8	17,8	27,7	11,8	513,1	558,2
FUNDES	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	507,8	556,8
UNIAD X GESP	34,6	10,3	3,7	9,4	9,8	4,6	17,8	27,7	11,8	5,3	1,4
OUTRAS RECEITAS	266,2	249,3	340,3	451,9	108,5	140,2	561,9	983,4	1.033,7	706,3	1.397,9
PATRIMONIAL	60,2	95,1	225,3	311,1	19,9	52,3	448,4	749,1	1.032,2	589,5	1.277,2
FUNDO DIV. PUBLICA	8,9	28,3	171,4	231,6	0,0	0,0	353,5	685,9	866,5	378,7	1.134,1
OUTRAS	51,3	66,8	53,9	79,5	19,9	52,3	94,9	63,2	165,7	210,8	143,1
INDUSTRIAL	39,0	41,1	41,6	29,4	1,5	1,9	1,3	1,9	2,0	2,4	1,6
SERVICOS	0,0	0,0	0,0	0,0	6,9	8,7	72,5	97,4	256,6	45,6	38,2
AGROPECUARIA	0,0	0,0	0,0	0,0	20,9	30,4	2,1	3,0	2,1	1,4	1,1
DIVERSAS	167,0	113,1	73,4	111,4	59,3	46,9	37,6	132,0	40,8	67,4	79,6
TOTAL	7.282,0	6.902,0	6.649,7	6.828,2	5.256,4	5.502,6	6.966,5	9.651,3	8.871,7	8.218,0	10.101,8

FONTE: Balanco Geral do Estado.

ELABORACAO: Area Setor Publico Paulista - IESP/FUNDAP

TABELA 5
EVOLUCAO DAS RECEITAS DA ADMINISTRACAO DIRETA

US\$ MILHOES DE 1986

ITENS	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
RECEITA TRIBUTARIA	74,9	79,7	75,2	76,6	85,0	80,0	76,2	74,4	69,1	72,2	67,4
ICH-QPE	72,3	77,1	72,7	73,7	82,0	77,7	74,0	71,4	66,9	70,5	65,0
ITBI-QPE	0,7	0,7	0,6	1,0	0,9	0,7	0,6	0,6	0,4	0,4	0,4
IPVA-QPE	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,9	0,5	0,3	0,2
I. RENDA E PROVENTOS	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,3
TAXAS	2,0	1,9	1,9	1,9	2,1	1,6	1,6	1,5	1,3	1,0	0,7
OPERACOES DE CREDITO	11,6	8,6	12,2	8,1	4,9	10,1	9,1	9,3	9,6	7,4	6,8
TITULOS(ORTP)	9,2	6,7	9,9	4,9	3,6	6,3	8,1	7,8	9,3	2,8	3,6
CONTRATOS INTERNOS	0,0	0,7	0,0	0,0	1,1	1,3	0,5	0,6	0,3	4,2	0,1
CONTRATOS EXTERNOS	2,4	1,2	2,2	3,1	0,2	2,6	0,5	0,8	0,0	0,4	0,1
TRANSFERENCIAS FEDERAIS	9,8	8,1	7,5	8,7	8,0	7,3	6,6	6,2	6,2	11,8	9,7
QP-FPE	0,4	0,4	0,3	0,6	0,4	0,3	0,5	1,1	0,8	0,6	0,6
QP-ISTR	0,2	0,1	0,2	0,2	0,2	0,1	0,1	0,3	0,2	0,2	0,0
QP-IULCLG	0,6	1,3	0,6	0,5	0,6	0,3	0,2	0,2	0,4	0,5	0,1
QP-IULCLG/ADICIONAL	1,6	0,1	0,1	0,1	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
QP-IUEE	1,0	0,8	1,0	1,1	1,2	1,0	0,8	0,8	0,6	0,5	0,1
QP-IUK	0,2	0,2	0,2	0,3	0,2	0,1	0,1	0,1	0,2	0,1	0,0
QP-TRU	0,9	1,1	0,5	0,4	0,6	0,4	0,3	0,0	0,0	0,0	0,1
PHE	0,0	0,0	0,7	0,7	0,6	0,5	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0
PROGRESS	0,3	0,2	0,3	0,4	0,2	0,1	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0
QPE-SALARIO EDUCACAO	2,4	2,3	2,4	3,0	2,2	2,6	1,8	2,0	1,9	1,9	1,1
QP-IMP.S/OPER. CRED.	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
IR-FONTE	1,7	1,5	1,2	1,3	1,6	1,6	2,2	1,4	2,0	1,7	2,1
CONVENIOS	0,5	0,1	0,1	0,1	0,2	0,1	0,3	0,3	0,1	0,2	0,1
FUNDES	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
UNIAO X GESP	0,5	0,1	0,1	0,1	0,2	0,1	0,3	0,3	0,1	0,1	0,0
OUTRAS RECEITAS	3,7	3,6	5,1	6,6	2,1	2,5	8,1	10,2	15,0	8,6	13,8
PATRIMONIAL	0,8	1,4	3,4	4,6	0,4	1,0	6,4	7,8	11,6	7,2	12,4
FUNDO DIV. PUBLICA	0,1	0,4	2,6	3,4	0,0	0,0	5,1	7,1	9,8	4,6	11,2
OUTRAS	0,7	1,0	0,8	1,2	0,4	1,0	1,4	0,7	1,9	2,6	1,4
INDUSTRIAL	0,5	0,6	0,6	0,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
SERVICOS	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,2	1,0	1,0	2,9	0,6	0,4
AGROPECUARIA	0,0	0,0	0,0	0,0	0,4	0,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
DIVERSAS	2,3	1,6	1,1	1,6	1,1	0,9	0,5	1,4	0,5	0,8	0,3
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: Balanco Geral do Estado

ELABORACAO: Area Setor Publico Paulista - IESP/FUNDAP

TABELA 6
EVOLUCAO DAS RECEITAS DA ADMINISTRACAO DIRETA

US\$ MILHOES DE 1986

ITEMS	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
RECEITA TRIBUTARIA	100	101	92	96	82	81	97	132	112	109	121
ICM-QPE	100	101	92	96	82	81	98	131	113	110	121
ITBI-QPE	100	90	73	135	96	80	84	114	73	61	4
IPVA-QPE	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---
I RENDA E PROVENTOS	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---
TAXAS	100	93	87	92	76	60	76	98	83	56	41
OPERACOES DE CREDITO	100	70	96	66	31	66	75	106	101	72	106
TITULOS(ORTP)	100	69	99	50	28	52	84	113	124	35	130
CONTRATOS INTERNOS	100	1.807	4	115	2.115	2.707	1.393	2.174	996	12.756	419
CONTRATOS EXTERNOS	100	46	85	123	6	81	21	46	0	17	5
TRANSFERENCIAS FEDERAIS	100	79	70	83	59	56	64	83	77	136	137
QP-FPE	100	87	74	131	79	59	118	344	236	229	266
QP-ISTR	100	43	125	101	69	69	75	230	171	126	25
QP-IULCLG	100	206	84	82	67	36	34	48	72	86	15
QP-IULCLG/ADICIONAL	100	9	5	4	3	2	1	2	2	1	1
QP-IUEE	100	74	91	98	81	75	77	96	68	51	9
QP-IUM	100	85	61	104	54	39	46	61	91	27	12
QP-TRU	100	117	50	47	51	31	30	0	0	0	0
PME	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---
PROGRESS	100	59	79	112	60	97	16	13	0	0	0
QPE-SALARIO EDUCACAO	100	94	92	119	66	83	71	110	99	91	86
QP-IMP S/OPER CRED	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---
IR-FONTE	100	79	64	70	65	71	119	106	140	107	163
CONVENIOS	100	30	11	27	28	14	51	80	34	1.483	1.613
FUNDES	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---
UNIAO X GESP	100	30	11	27	28	13	51	80	34	15	4
OUTRAS RECEITAS	100	94	128	170	41	53	211	369	501	265	580
PATRIMONIAL	100	158	374	517	33	87	745	1.244	1.715	979	2.125
FUNDO DIV. PUBLICA	100	318	1.926	2.602	0	0	3.972	7.707	9.736	4.255	12.740
OUTRAS	100	130	105	155	39	102	185	123	323	411	271
INDUSTRIAL	100	105	107	75	4	5	3	5	5	6	2
SERVICOS	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---
AGROPECUARIA	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---
DIVERSAS	100	68	44	67	36	28	23	79	24	40	43
TOTAL	100	95	91	94	72	76	96	133	122	113	131

FONTE: Balanco Geral do Estado.

ELABORACAO: Area Setor Publico Paulista - IESP/FUNDAP

TABELA 7
EVOLUCAO DAS RECEITAS DAS AUTARQUIAS

US\$ MILHOES DE 1988

ITENS	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
RECEITA PROPRIA	292,1	482,8	233,4	188,5	158	177,7	241,9	249,6	347,1	313,7	358
OPERACOES DE CREDITO	5,1	54	49,2	32,4	55,8	36,7	81	33,4	74,2	59,4	70,7
RECEITAS DO TESOURO	1505,8	1328,3	1317,2	1372,4	1142,1	946,3	1221,6	1938,1	1814	1611,9	1754,7
TOTAL	1803	1865,1	1599,8	1593,3	1355,9	1160,7	1544,5	2221,1	2235,3	1985	2179,4

FONTE: REQ-CPO/SEP.

ELABORACAO: Area Setor Publico Paulista - IESP/FUNDAP.

TABELA 8
EVOLUCAO DAS RECEITAS DAS AUTARQUIAS
PARTICIPACAO RELATIVA

(em %)

ITENS	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
RECEITA PROPRIA	16,2	25,9	14,6	11,8	11,7	15,3	15,7	11,2	15,5	15,8	16,1
OPERACOES DE CREDITO	0,3	2,9	3,1	2,0	4,1	3,2	5,2	1,5	3,3	3,0	1,4
RECEITAS DO TESOURO	83,5	71,2	82,3	86,1	84,2	81,5	79,1	87,3	81,2	81,2	82,5
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: REQ-CPO/SEP.

ELABORACAO: Area Setor Publico Paulista - IESP/FUNDAP.

TABELA 9
EVOLUCAO DAS RECEITAS DAS AUTARQUIAS
INDICE DE EVOLUCAO

1979=100

ITENS	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
RECEITA PROPRIA	100	165	80	65	54	61	83	85	119	107	120
OPERACOES DE CREDITO	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---
RECEITAS DO TESOURO	100	88	87	91	76	63	81	129	120	107	115
TOTAL	100	103	89	88	75	64	86	123	124	110	120

FONTE: REQ-CPO/SEP.

ELABORACAO: Area Setor Publico Paulista - IFSP/FUNDAP

TABELA 11
EVOLUÇÃO DAS RECEITAS DAS EMPRESAS

US\$ MILHÕES DE 1988

ITENS	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
RECEITA PRÓPRIA	3.001,3	2.964,8	4.734,0	5.260,8	4.494,1	4.151,7	5.131,7	5.615,2	5.905,8	5.639,8	5.197,4
RECEITAS OPERACIONAIS	2.429,7	2.331,4	3.614,8	4.110,1	3.576,5	3.900,7	4.233,5	4.682,3	5.070,4	4.891,0	4.040,3
RECEITAS NÃO OPERACIONAIS	571,6	633,4	1.119,2	1.170,7	917,6	251,0	898,2	932,9	835,4	748,8	1.156,8
RECURSOS DO TESOURO	929,1	999,3	1.046,4	1.243,1	865,7	944,8	1.243,3	1.481,1	1.583,0	1.776,4	1.727,8
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	2.088,5	2.188,3	2.831,8	3.040,4	3.473,4	4.517,2	5.257,4	3.508,9	4.285,1	7.900,5	5.004,2
FORMAIS	2.088,5	1.751,4	2.293,2	2.162,7	844,0	2.239,4	3.494,5	2.772,4	2.368,3	2.736,1	1.367,1
INFORMAIS	0,0	436,9	538,6	857,7	2.629,4	2.277,8	1.762,9	736,5	1.916,8	5.164,4	3.637,1
OUTRAS	317,6	253,0	233,2	165,3	53,8	54,6	101,3	29,1	41,2	14,3	6,3
TOTAL S/ Informais	6.336,5	5.968,5	8.306,0	8.871,9	6.257,6	7.390,5	9.970,8	9.897,8	9.898,3	10.186,6	8.272,8
Informais	0,0	436,9	538,6	857,7	2.629,4	2.277,8	1.762,9	736,5	1.916,8	5.164,4	3.637,1
TOTAL C/ Informais	6.336,5	6.405,4	8.845,4	9.729,6	8.887,0	9.668,3	11.733,7	10.634,3	11.815,1	15.351,0	11.910,1

FONTE: Fluxos de Caixa das Empresas - CIEF/SEP.

ELABORAÇÃO: Área Setor Público Paulista - IESP/FUNDAP

(附三)

[illegible]

TABELA 13
EVOLUCAO DAS RECEITAS DAS EMPRESAS
INDICE DE EVOLUCAO

1979=100

ITEMS	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
RECEITA PROPRIA	100	99	158	176	150	138	171	187	197	189	173
RECEITAS OPERACIONAIS	100	96	147	169	147	161	174	193	209	201	188
RECEITAS NAO OPERACIONAIS	100	111	196	205	161	44	157	163	146	134	203
RECURSOS DO TESOURO	100	108	113	134	93	102	134	139	170	191	184
OPERACOES DE CREDITO	100	105	136	146	166	216	252	168	205	278	340
FORMAIS	100	84	110	105	40	107	167	133	113	131	85
*INFORMAIS		100	123	196	602	521	404	169	439	1.122	832
OUTRAS	100	80	73	52	17	17	32	9	13	5	2
TOTAL S/ Informais	100	94	131	140	99	117	157	156	156	161	131
Informais		100	123	196	602	521	404	169	439	1.122	832
TOTAL C/ Informais	100	101	140	154	140	153	185	168	196	242	138

FONTE: Fluxos de Caixa das Empresas - CIEF/SEP.

ELABORACAO: Area Setor Publico Paulista - IESP/FUNDAP.

*OBS: Para as operacoes informais de credito utilizou-se 1980=100.

PARTICIPACAO RELATIVA

(em relacao ao total da receita sem o credito informal)

(em %)

ITENS	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
RECEITA PROPRIA	47,4	49,7	57,0	59,5	71,8	56,2	51,5	56,7	59,7	55,6	66,6
RECEITAS OPERACIONAIS	38,3	39,1	43,5	46,3	57,2	52,8	42,5	47,3	51,2	48,0	48,9
RECEITAS NAO OPERACIONAIS	9,0	10,6	13,5	13,2	14,7	3,4	9,0	9,4	8,4	7,5	14,0
RECURSOS DO TESOURO	14,7	16,7	12,6	14,0	13,8	12,8	12,5	15,0	16,0	17,4	22,0
OPERACOES DE CREDITO	33,0	36,7	34,1	34,3	55,5	61,1	52,7	35,5	43,3	77,6	60,5
OUTRAS	5,0	4,2	2,8	1,9	0,9	0,7	1,0	0,3	0,4	0,1	0,1
TOTAL S/ Informais	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: Fluxos de Caixa das Empresas - CIEF/SEP.

ELABORACAO: Area Setor Publico Paulista - IESP/FUNDAP.

TABELA 14
EVOLUCAO DAS RECEITAS DAS FUNDACOES

US\$ MILHOES DE 1988

ITENS	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
RECEITA PROPRIA	10,9	11,9	28,2	26,8	61,8	59,8	106,2	68,7	146,3	186,5	192,3
OPERACOES DE CREDITO	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
RECEITAS DO TESOURE	123,9	127,9	142,1	174,2	133,8	133,0	149,0	169,1	203,1	204,7	243,1
TOTAL	134,8	139,8	170,3	201,0	195,6	192,8	255,2	237,8	349,4	391,2	435,4

FONTE: REQ-CPD/SEP.

ELABORACAO: Area Setor Publico Paulista - IESP/FUNDAP.

TABELA 15
EVOLUCAO DAS RECEITAS DAS FUNDACOES
PARTICIPACAO RELATIVA

(em %)

ITENS	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
RECEITA PROPRIA	8,1	8,5	16,6	13,3	31,6	31,0	41,6	28,9	41,9	47,7	44,2
OPERACOES DE CREDITO	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
RECEITAS DO TESOURE	91,9	91,5	83,4	86,7	68,4	69,0	58,4	71,1	58,1	52,3	55,8
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: REQ-CPD/SEP.

ELABORACAO: Area Setor Publico Paulista - IESP/FUNDAP.

TABELA 16
EVOLUCAO DAS RECEITAS DAS FUNDACOES
INDICE DE EVOLUCAO

1979=100

ITENS	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
RECEITA PROPRIA	100	109	259	246	567	549	974	630	1.342	1.711	1.764
OPERACOES DE CREDITO	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---
RECEITAS DO TESOURE	100	103	115	141	108	107	120	106	164	165	196
TOTAL	100	104	126	149	145	143	189	176	259	290	323

FONTE: REQ-CPD/SEP.

ELABORACAO: Area Setor Publico Paulista - IESP/FUNDAP.

TABELA 17
DESPESA TOTAL DO SPP POR CATEGORIA ECONOMICA

US\$ MILHOES DE 1988

ITEMS	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
CUSTEIO	7.043,9	6.410,9	7.383,4	7.842,4	6.757,0	6.829,5	8.336,3	10.085,0	10.795,0	10.293,5	10.954,5
REALIZADO	7.043,9	6.333,8	7.310,0	7.742,3	6.567,0	6.697,3	8.285,5	9.977,5	10.723,5	10.185,1	10.883,8
ATRASADO	0,0	77,1	73,4	100,1	190,0	132,2	70,8	107,5	71,5	108,4	70,7
PESSOAL E ENCARGOS	5.533,7	4.769,7	4.861,3	5.227,0	4.427,6	3.888,9	4.884,9	6.472,8	6.709,4	5.769,2	6.580,2
REALIZADO	5.533,7	4.769,7	4.849,1	5.214,5	4.390,7	3.888,9	4.884,9	6.472,8	6.709,4	5.769,2	6.580,2
ATRASADO	0,0	0,0	12,2	12,5	36,9	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
OUTROS CUSTEIOS	1.510,2	1.641,2	2.522,1	2.615,4	2.329,4	2.940,6	3.451,4	3.612,2	4.085,6	4.524,3	4.374,3
REALIZADO	1.510,2	1.564,1	2.460,9	2.527,8	2.176,3	2.808,4	3.380,6	3.504,7	4.014,1	4.335,9	4.303,6
ATRASADO	0,0	77,1	61,2	87,6	153,1	132,2	70,8	107,5	71,5	108,4	70,7
INVESTIMENTOS	2.945,0	2.467,9	2.809,8	3.087,7	1.854,1	1.526,1	2.432,6	3.003,8	3.043,4	3.439,2	3.571,3
REALIZADO	2.945,0	2.416,5	2.675,2	2.755,9	1.460,6	1.487,0	2.331,0	2.903,4	2.907,6	2.944,1	2.920,2
ATRASADO	0,0	51,4	134,6	331,8	393,5	37,1	101,6	100,4	135,8	495,1	651,1
SERVICO DA DIVIDA	2.259,9	2.713,8	3.069,6	3.229,3	3.937,8	4.861,1	5.753,8	4.353,7	4.741,8	8.840,9	5.246,0
REALIZADO	2.259,9	2.508,2	2.812,6	2.891,2	2.351,3	3.409,3	4.371,7	3.907,7	3.739,8	4.486,2	2.793,3
ATRASADO	0,0	205,6	257,0	338,1	1.586,5	1.451,8	1.382,1	446,0	1.002,0	4.354,7	2.452,7
OUTRAS	754,8	972,8	1.580,7	1.533,2	1.569,7	1.389,7	1.301,3	1.704,1	1.656,5	957,6	1.888,1
REALIZADO	754,8	870,0	1.507,3	1.445,6	1.110,4	735,0	1.092,9	1.621,6	949,0	831,4	1.425,5
ATRASADO	0,0	102,8	73,4	87,6	459,3	654,7	208,4	82,5	707,5	126,2	462,6
TOTAL S/ atrasados	13.003,6	12.128,5	14.305,1	14.835,0	11.489,3	12.328,6	16.061,1	18.410,2	18.319,7	18.366,8	18.022,8
Atrasados	0,0	436,9	538,4	857,6	2.629,3	2.277,8	1.762,9	736,4	1.916,8	5.164,4	3.637,1
TOTAL C/ atrasados	13.003,6	12.565,4	14.843,5	15.692,6	14.118,6	14.606,4	17.824,0	19.146,6	20.236,7	23.531,2	21.659,9

FONTE: Balanco Geral do Estado, Fluxos de Caixa das Empresas - CIEF/SEP, CEOP/CPQ/SEP.

ELABORACAO: Area Setor Publico Paulista - IESP/FUNDAP.

TABELA 18
 DESPESA TOTAL DO SPP POR CATEGORIA ECONOMICA
 PARTICIPACAO RELATIVA

US\$ MILHOES DE 1988

ITENS	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
CUSTEIO	54,2	51,0	49,7	50,0	47,9	46,8	46,8	52,7	53,3	43,7	50,6
REALIZADO	54,2	50,4	49,2	49,3	46,5	45,9	46,4	52,1	53,0	42,9	50,2
ATRASADO	0,0	0,6	0,5	0,6	1,3	0,9	0,4	0,6	0,4	0,8	0,3
PESSOAL E ENCARGOS	42,6	39,0	32,8	33,3	31,4	26,6	27,4	33,8	33,2	24,5	30,4
REALIZADO	42,6	38,0	32,7	33,2	31,1	26,6	27,4	33,0	33,2	24,5	30,4
ATRASADO	0,0	0,0	0,1	0,1	0,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
OUTROS CUSTEIOS	11,6	13,1	17,0	16,7	16,5	20,1	19,4	18,9	20,2	19,2	20,2
REALIZADO	11,6	12,4	16,6	16,1	15,4	19,2	19,0	18,3	19,8	18,4	19,9
ATRASADO	0,0	0,6	0,4	0,6	1,1	0,9	0,4	0,6	0,4	0,8	0,3
INVESTIMENTOS	22,6	19,6	18,9	19,7	13,1	10,4	13,6	15,7	15,0	14,6	16,5
REALIZADO	22,6	19,2	18,0	17,6	10,3	10,2	13,1	15,2	14,4	12,5	13,5
ATRASADO	0,0	0,4	0,9	2,1	2,8	0,3	0,6	0,5	0,7	2,1	3,0
SERVICO DA DIVIDA	17,4	21,6	20,7	20,6	27,9	33,3	32,3	22,7	23,4	27,6	24,2
REALIZADO	17,4	20,0	18,9	18,4	16,7	23,3	24,5	20,4	18,5	19,1	12,9
ATRASADO	0,0	1,6	1,7	2,2	11,2	9,9	7,8	2,3	5,0	18,5	11,3
OUTRAS	5,8	7,7	10,6	9,8	11,1	9,5	7,3	8,9	8,2	4,1	8,7
REALIZADO	5,8	6,9	10,2	9,2	7,9	5,0	6,1	8,5	4,7	3,5	6,6
ATRASADO	0,0	0,8	0,5	0,6	3,3	4,5	1,2	0,4	3,5	0,5	2,1
TOTAL S/ atrasados	100,0	96,5	96,4	94,5	81,4	84,4	90,1	96,2	90,5	78,1	83,8
Atrasados	0,0	3,5	3,6	5,5	18,6	15,6	9,9	3,8	9,5	21,9	16,8
TOTAL C/ atrasados	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: Balanco Geral do Estado, Fluxos de Caixa das Empresas - CIEF/SEP, CEOP/CPQ/SEP.

ELABORACAO: Area Setor Publico Paulista - IESP/FUNDAP.

TABELA 19
DESPESA TOTAL DO SPP POR CATEGORIA ECONOMICA
INDICE DE EVOLUCAO

1979=100

ITENS	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
CUSTEIO	100,0	91,0	104,8	111,3	95,9	97,0	118,3	143,2	153,3	146,1	155,5
REALIZADO	100,0	89,9	103,8	109,9	93,2	95,1	117,3	141,6	152,2	143,5	154,5
ATRASADO	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---
PESSOAL E ENCARGOS	100,0	86,2	87,8	94,5	80,0	70,3	88,3	117,0	121,2	104,3	118,9
REALIZADO	100,0	86,2	87,6	94,2	79,3	70,3	88,3	117,0	121,2	104,3	118,9
ATRASADO	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---
OUTROS CUSTEIOS	100,0	108,7	167,0	173,2	154,2	194,7	228,5	239,2	270,5	297,6	289,7
REALIZADO	100,0	103,6	163,0	167,4	144,1	186,0	223,9	232,1	265,8	287,1	285,0
ATRASADO	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---
INVESTIMENTOS	100,0	83,8	95,4	104,8	63,0	51,8	82,6	102,0	103,3	116,0	121,3
REALIZADO	100,0	82,1	98,8	93,6	49,6	50,5	79,2	98,6	98,7	100,0	99,2
ATRASADO	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---
SERVICO DA DIVIDA	100,0	120,1	135,8	142,9	174,2	215,1	254,6	192,7	209,8	391,2	232,1
REALIZADO	100,0	111,0	124,5	127,9	104,0	150,9	193,4	172,9	165,5	198,5	123,6
ATRASADO	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---
OUTRAS	100,0	128,9	209,4	203,1	208,0	184,1	172,4	225,8	219,5	126,9	250,1
REALIZADO	100,0	115,3	199,7	191,5	147,1	97,4	144,8	214,8	125,7	110,1	188,9
ATRASADO	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---
TOTAL B/ atrasados	100,0	93,3	110,0	114,1	88,4	94,8	123,5	141,6	140,9	141,2	138,6
Atrasados:	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---
TOTAL C/ atrasados	100,0	96,6	114,1	120,7	108,6	112,3	137,1	147,2	155,6	181,8	166,6

FONTE - Balanco Geral do Estado, Fluxos de Caixa das Empresas - CIEF/SEP, GEOP/CPD/SEP.

ELABORACAO: Area Setor Publico Paulista - IESF/FUNDAP.

OBS: O ano de 1979 foi escolhido como base por ser o primeiro da serie, o que, contudo, ocasionou alguns problemas em razao da indisponibilidade de dados sobre as contas atrasadas desse ano.

TABELA 20
EVOLUCAO DAS DESPESAS DA ADMINISTRACAO DIRETA

US\$ MILHOES DE 1986

ITEMS	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
DESPESAS DE CUSTEIO	4.021,6	3.421,5	3.406,2	3.438,5	2.937,0	2.701,0	3.463,9	4.739,4	4.875,0	4.538,0	3.452,4
PESSOAL E REFLEXOS	3.520,5	2.883,3	2.832,3	2.889,2	2.460,1	2.161,3	2.792,8	3.947,0	3.903,8	3.194,4	2.766,6
TR-FONTE	102,8	100,2	82,0	89,5	82,6	90,4	152,0	135,3	178,5	135,6	207,0
MATERIAL DE CONSUMO	154,2	179,9	192,2	179,7	144,9	146,7	158,7	171,5	173,7	232,3	257,8
SERVICOS DE TERCEIROS	182,4	232,4	275,3	255,4	231,7	283,7	267,0	346,7	546,4	868,1	1.149,7
OUTROS	61,7	25,7	24,4	24,7	17,7	18,9	93,4	138,9	70,6	107,6	76,9
INVESTIMENTOS	91,5	165,7	263,3	243,7	115,3	106,5	121,0	213,2	337,5	447,6	436,9
SERVICO DA DIVIDA	729,7	724,7	500,7	447,0	614,9	582,8	697,6	688,4	608,4	809,7	914,1
INTERNA	477,9	496,0	390,5	352,3	504,2	439,1	538,7	502,5	535,9	612,8	854,2
TITULOS	447,1	452,3	346,4	329,0	467,8	392,7	482,4	432,4	464,5	448,9	888,4
EMPRESTIMOS	30,8	43,7	44,1	23,3	36,4	46,4	116,3	70,1	71,4	163,9	45,9
EXTERNA	251,8	228,7	110,2	94,7	110,7	143,7	158,9	185,9	72,5	196,9	62,1
TRANSFERENCIAS	4.053,7	3.953,7	3.864,9	4.199,9	3.336,0	3.387,0	4.165,4	5.719,2	5.371,6	5.384,2	6.423,6
TRANSF. INTRA	2.645,4	2.505,6	2.529,3	2.803,8	2.170,5	2.225,6	2.727,1	3.681,9	3.648,1	3.656,4	3.009,3
FUNDACOES	123,9	127,9	142,1	174,2	133,8	133,0	149,0	169,1	203,1	204,7	249,1
AUTARQUIAS	1.505,8	1.328,3	1.317,2	1.372,4	1.142,1	946,3	1.221,6	1.938,1	1.814,0	1.611,9	1.739,7
FINANCEIRAS	20,6	19,3	9,3	0,2	0,0	7,0	105,2	76,1	38,2	40,1	65,0
EMPRESAS	929,1	999,3	1.046,4	1.243,1	865,7	944,8	1.243,3	1.481,1	1.583,0	1.773,4	1.767,0
FUNDOS	66,0	30,8	14,3	13,9	9,8	6,1	8,0	17,5	9,8	23,3	64,4
AJUSTE ECON/FIN.	0,0	0,0	0,0	0,0	19,1	188,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
TRANSF. INTER.	1.362,0	1.392,9	1.287,9	1.345,4	1.139,2	1.159,9	1.417,5	1.988,0	1.657,5	1.706,9	2.511,9
TRANSF. MUNICIPIOS	1.362,0	1.392,9	1.287,9	1.345,0	1.139,0	1.159,7	1.417,1	1.985,8	1.686,4	1.707,6	2.511,9
ICM-OPM	1.310,6	1.328,6	1.209,3	1.257,1	1.077,6	1.069,4	1.289,2	1.721,0	1.483,7	1.449,1	2.187,0
ITBI-OPM	46,3	46,3	36,7	69,5	48,9	41,1	43,1	58,6	37,7	31,4	1,0
IPVA-OPM	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	88,6	40,4	28,5	13,7
SAL. EDUCACAO	0,0	2,6	3,7	4,4	3,2	19,6	35,8	41,3	42,7	34,1	31,7
OUTRAS	5,1	15,4	38,2	14,0	9,3	29,6	49,0	76,3	81,9	164,5	272,2
TRANSF. UNIAO	0,0	0,0	0,0	0,4	0,2	0,2	0,4	0,4	0,4	0,2	0,2
OUTRAS TRANSF. INTER.	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,8	0,7	1,1	0,3
OUTRAS TRANSFERENCIAS	46,3	55,2	47,7	50,7	26,3	1,5	20,8	49,3	36,0	18,9	22,1
DESAPROPRIACAO	5,1	10,3	2,4	5,0	0,2	99,0	6,6	254,4	98,0	41,0	54,1
TOTAL	8.901,6	8.275,9	8.037,5	8.334,1	7.003,4	6.876,3	8.454,5	11.614,6	11.291,3	11.281,5	13.483,0

FONTE: BALANCO GERAL DO ESTADO.

ELABORACAO: Area Setor Publico Paulista - IESP/FUNDAP.

TABELA 21
EVOLUCAO DAS DESPESAS DA ADMINISTRACAO DIRETA

(em %)

ITEMS	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
DESPESAS DE CUSTEIO	45,2	41,3	42,4	41,3	41,9	39,3	41,0	40,8	43,2	40,4	40,4
PESSOAL E REFLEXOS	39,5	34,8	35,2	34,7	35,1	31,4	33,0	34,0	34,6	28,5	27,7
IR-FONTE	1,2	1,2	1,0	1,1	1,2	1,3	1,8	1,2	1,6	1,2	1,5
MATERIAL DE CONSUMO	1,7	2,2	2,4	2,2	2,1	2,1	1,9	1,5	1,5	2,1	1,7
SERVICOS DE TERCEIROS	2,0	2,8	3,4	3,1	3,3	4,1	3,2	3,0	4,8	7,7	8,5
OUTROS	0,7	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	1,1	1,2	0,6	1,0	0,5
INVESTIMENTOS	1,0	2,0	3,3	2,9	1,6	1,5	1,4	1,8	3,0	4,0	4,7
SERVICO DA DIVIDA	8,2	8,8	6,2	5,4	8,8	8,5	8,3	5,9	5,4	7,2	6,2
INTERNA	5,4	6,0	4,9	4,2	7,2	6,4	6,4	4,3	4,7	5,3	6,3
TITULOS	5,0	5,5	4,3	3,9	6,7	5,7	5,0	3,7	4,1	4,0	6,0
EMPRESTIMOS	0,3	0,5	0,5	0,3	0,5	0,7	1,4	0,6	0,6	1,5	0,3
EXTERNA	2,8	2,8	1,4	1,1	1,6	2,1	1,9	1,6	0,6	1,8	1,2
TRANSFERENCIAS	45,5	47,8	46,1	50,4	47,6	49,3	49,3	49,2	47,6	48,0	47,6
TRANSF. INTRA	29,7	30,3	31,5	33,6	31,0	32,4	32,3	31,7	32,3	32,6	28,8
FUNDAOES	1,4	1,5	1,8	2,1	1,9	1,9	1,8	1,5	1,8	1,8	1,8
AUTARQUIAS	16,9	16,1	16,4	16,5	16,3	13,8	14,4	16,7	16,1	14,4	13,5
FINANCEIRAS	0,2	0,2	0,1	0,0	0,0	0,1	1,2	0,7	0,3	0,4	0,6
EMPRESAS	10,4	12,1	13,0	14,9	12,4	13,7	14,7	12,8	14,0	15,0	12,7
FUNDOS	0,7	0,4	0,2	0,2	0,1	0,1	0,1	0,2	0,1	0,2	0,5
AJUSTE ECON/FIN.	0,0	0,0	0,0	0,0	0,3	2,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1
TRANSF. INTER	15,3	16,8	16,0	16,1	16,3	16,9	16,8	17,1	14,9	15,2	15,6
TRANSF. MUNICIPIOS	15,3	16,8	16,0	16,1	16,3	16,9	16,8	17,1	14,9	15,2	15,6
ICM-QPM	14,7	16,1	15,0	15,1	15,4	15,6	15,2	14,8	13,1	12,9	16,2
ITBI-QPM	0,5	0,6	0,5	0,8	0,7	0,6	0,5	0,5	0,3	0,3	0,0
IPVA-QPM	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,4	0,3	1,1
SAL. EDUCACAO	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,3	0,4	0,4	0,4	0,3	0,5
OUTRAS	0,1	0,2	0,5	0,2	0,1	0,4	0,6	0,7	0,7	1,5	2,0
TRANSF. UNIAO	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
OUTRAS TRANSF. INTER	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
OUTRAS TRANSFERENCIAS	0,5	0,7	0,6	0,6	0,4	0,0	0,2	0,4	0,3	0,2	0,2
DESAPROPRIACAO	0,1	0,1	0,0	0,1	0,0	1,4	0,1	2,2	0,9	0,4	0,4
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: BALANCO GERAL DO ESTADO.

ELABORACAO: Area Setor Publico Paulista - IESP/FUNDAP.

TABELA 22
EVOLUCAO DAS DESPESAS DA ADMINISTRACAO DIRETA

1979=100

ITEMS	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
DESPESAS DE CUSTEIO	100	85	85	86	73	67	66	118	121	113	106
PESSOAL E REFLEXOS	100	82	80	82	70	61	79	112	111	91	88
IR-FONTE	100	97	80	87	80	86	148	132	174	132	175
MATERIAL DE CONSUMO	100	117	125	117	94	95	103	111	113	151	167
SERVICOS DE TERCEIROS	100	127	151	140	127	156	146	190	300	476	622
OUTROS	100	42	40	40	29	31	151	225	114	174	115
INVESTIMENTOS	100	181	288	266	126	116	132	233	369	489	676
SERVICO DA DIVIDA	100	99	69	61	84	80	96	94	83	111	126
INTERNA	100	104	82	74	106	92	113	105	112	128	179
TITULOS	100	101	77	74	105	88	94	97	104	100	181
EMPRESTIMOS	100	142	143	76	118	151	378	228	232	532	149
EXTERNA	100	91	44	38	44	57	63	74	29	78	25
TRANSFERENCIAS	100	98	95	104	82	84	103	141	133	133	158
TRANSF. INTRA.	100	95	96	106	82	84	103	139	138	138	147
FUNDACOES	100	103	115	141	108	107	120	136	164	165	76
AUTARQUIAS	100	88	87	91	76	63	81	129	120	107	119
FINANCEIRAS	100	94	45	1	0	34	511	369	185	195	418
EMPRESAS	100	108	113	134	93	102	134	159	172	191	184
FUNDOS	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---
AJUSTE ECON/FIN.	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---
TRANSF. INTER.	100	102	95	99	84	85	104	146	124	125	184
TRANSF. MUNICIPIOS	100	102	95	99	84	85	104	146	124	125	184
ICM-QPM	100	101	92	96	82	82	98	131	113	111	167
ITBI-QPM	100	100	79	150	106	89	93	127	61	68	5
IPVA-QPM	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---
SAL. EDUCACAO	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---
OUTRAS	100	302	749	275	182	580	961	1.496	1.806	3.225	5.349
TRANSF. UNIAO	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---
OUTRAS TRANSF. INTER.	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---
OUTRAS TRANSFERENCIAS	100	119	103	110	57	3	45	106	78	41	46
DESAPROPRIACAO	100	202	47	98	4	1.941	129	4.988	1.937	820	1.081
TOTAL	100	93	90	94	79	77	95	138	127	126	151

FONTE: BALANCO GERAL DO ESTADO.

ELABORACAO: Area Setor Publico Paulista - IESP/FUNDAP.

TABELA 23
EVOLUCAO DAS DESPESAS DA ADMINISTRACAO DIRETA

US\$ MILHOES DE 1988

ITENS	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
DESPESAS DE CUSTEIO	4.021,6	3.421,5	3.406,2	3.438,5	2.937,0	2.701,0	3.463,9	4.739,4	4.875,0	4.538,0	3.432,4
PESSOAL E REFLEXOS	3.623,3	2.983,5	2.914,3	2.978,7	2.542,8	2.251,7	2.944,8	4.082,3	4.084,2	3.330,0	3.974,2
OUTROS CUSTEIOS	398,3	438,0	491,9	459,8	394,3	449,3	519,1	657,1	790,7	1.208,0	1.458,2
MATERIAL DE CONSUMO	154,2	179,9	192,2	179,7	144,9	146,7	158,7	171,5	173,7	232,3	257,7
SERVICOS DE TERCEIROS	182,4	232,4	275,3	255,4	231,7	283,7	267,0	346,7	546,4	868,1	1.149,7
OUTROS	61,7	25,7	24,4	24,7	17,7	18,9	93,4	138,9	70,6	107,6	78,9
DESPESAS DIVERSAS	77,1	100,2	97,7	70,3	55,3	325,7	182,0	458,0	256,0	266,7	425,4
INVESTIMENTOS	91,5	165,7	263,3	243,7	115,3	106,5	121,0	213,2	337,5	447,8	636,5
SERVICO DA DIVIDA	729,7	724,7	500,7	447,0	614,9	582,8	697,6	688,4	608,4	809,7	916,4
GASTO EFETIVO	4.919,9	4.412,1	4.267,9	4.199,5	3.722,5	3.716,0	4.464,5	6.099,0	6.076,9	6.062,2	7.441,0
TRANSFERENCIAS DO TESOURO	3.981,7	3.863,8	3.769,7	4.135,0	3.300,4	3.348,9	3.990,4	5.517,5	5.215,5	5.160,7	6.043,0
TRANSF. ADM. INDIRETA(6)	2.624,8	2.486,3	2.520,0	2.803,6	2.170,5	2.218,6	2.621,9	3.605,8	3.609,9	3.616,3	3.804,2
TRANSF. AOS MUNICIPIOS(7)	1.356,9	1.377,5	1.249,7	1.331,4	1.129,9	1.130,3	1.368,5	1.911,7	1.605,6	1.544,4	2.238,8
TOTAL	8.901,6	8.275,9	8.037,5	8.334,1	7.003,4	6.876,3	8.454,5	11.614,6	11.291,3	11.221,5	13.483,5

FONTE: BALANCO GERAL DO ESTADO.

ELABORACAO: Area Setor Publico Paulista - IESP/FUNDAP.

TABELA 24
EVOLUÇÃO DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA
PARTICIPAÇÃO RELATIVA

(em %)

ITENS	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
DESPESAS DE CUSTEIO	45,2	41,3	42,4	41,3	41,9	39,3	41,0	40,8	43,2	40,4	40,4
PESSOAL E REFLEXOS	40,7	36,1	36,3	35,7	36,3	32,7	34,8	35,1	36,2	29,7	29,3
OUTROS CUSTEIOS	4,5	5,3	6,1	5,5	5,6	6,5	6,1	5,7	7,0	10,8	11,0
MATERIAL DE CONSUMO	1,7	2,2	2,4	2,2	2,1	2,1	1,9	1,5	1,5	2,1	1,7
SERVIÇOS DE TERCEIROS	2,0	2,8	3,4	3,1	3,3	4,1	3,2	3,0	4,8	7,7	8,1
OUTROS	0,7	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	1,1	1,2	0,6	1,0	0,5
DESPESAS DIVERSAS	0,9	1,2	1,2	0,8	0,8	4,7	2,2	3,9	2,3	2,4	2,2
INVESTIMENTOS	1,0	2,0	3,3	2,9	1,6	1,5	1,4	1,8	3,0	4,0	4,7
SERVICO DA DÍVIDA	8,2	8,8	6,2	5,4	8,8	8,5	8,3	5,9	5,4	7,2	6,8
GASTO EFETIVO	55,3	53,3	53,1	50,4	53,2	54,0	52,8	52,5	53,8	54,0	55,6
TRANSFERÊNCIAS DO TESOURO	44,7	46,7	46,9	49,6	47,1	48,7	47,2	47,5	46,2	46,0	44,6
TRANSF. ADM. INDIRETA	29,5	30,0	31,4	33,6	31,0	32,3	31,0	31,0	32,0	32,2	28,2
TRANSF. AOS MUNICÍPIOS	15,2	16,6	15,5	16,0	16,1	16,4	16,2	16,5	14,2	13,8	16,4
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: BALANÇO GERAL DO ESTADO.

ELABORAÇÃO: Área Setor Público Paulista - IESP/FUNDAF.

TABELA 25
EVOLUCAO DAS DESPESAS DA ADMINISTRACAO DIRETA
PARTICIPACAO RELATIVA EM RELACAO AO GASTO EFETIVO

(em %)

ITENS	1977	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
DESPESAS DE CUSTEIO	100	85	85	86	73	67	86	118	121	113	136
PESSOAL E REFLEXOS	100	82	80	82	70	61	79	112	111	91	107
OUTROS CUSTEIOS	100	110	120	115	99	110	130	165	199	303	371
MATERIAL DE CONSUMO	100	117	125	117	94	95	103	111	113	151	187
SERVICOS DE TERCEIROS	100	127	151	140	127	156	146	190	300	476	530
OUTROS	100	42	40	40	29	31	151	225	114	174	115
DESPESAS DIVERSAS	100	130	127	91	72	422	236	394	332	346	560
INVESTIMENTOS	100	181	208	266	126	116	132	233	369	489	693
SERVICO DA DIVIDA	100	79	69	61	84	80	96	94	83	111	125
GASTO EFETIVO	100	90	87	85	76	76	91	124	124	123	151
TRANSFERENCIAS DO TESOURO	100	97	95	104	83	84	100	139	131	130	158
TRANSF. ADM. INDIRETA	100	95	96	107	83	85	100	137	138	138	145
TRANSF. AOS MUNICIPIOS	100	102	92	98	83	83	101	141	118	114	165
TOTAL	100	93	90	94	79	77	95	130	127	126	151

FONTE: BALANCO GERAL DO ESTADO.

ELABORACAO: Area Setor Publico Paulista - IESP/FUNDAP.

TABELA 26
EVOLUCAO DAS DESPESAS DAS AUTARQUIAS - 1979/1989

US\$ MILHOES DE 1989

ITENS	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
CUSTEIO	913,5	619,4	864,1	900,7	813,0	677,5	912,1	1.230,4	1.276,3	1.147,7	1.363,1
PESSOAL E REFLEXOS	705,7	622,4	660,0	690,5	615,0	491,1	680,8	943,9	1.026,2	893,4	1.030,4
OUTROS CUSTEIOS	207,8	197,0	204,1	210,2	198,0	186,4	231,3	286,5	270,1	254,3	232,7
SERVICO DA DIVIDA	139,7	159,3	162,1	186,8	160,7	164,3	142,7	130,4	176,5	98,6	96,5
INVESTIMENTOS	549,9	599,8	463,1	426,7	286,3	170,5	322,8	690,8	478,0	623,8	560,3
OUTROS	23,4	46,5	51,6	42,4	80,9	52,3	58,5	163,6	108,9	17,6	42,9
TOTAL	1.626,5	1.625,0	1.540,9	1.556,6	1.340,9	1.064,6	1.436,1	2.215,2	2.059,7	1.887,7	1.962,6

FONTE: CENP/CPQ/SEP.

ELABORACAO: Area Setor Publico Paulista - IESP/FUNDAP.

TABELA 27
EVOLUCAO DAS DESPESAS DAS AUTARQUIAS - 1979/1989

(em %)

ITENS	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
CUSTEIO	56,16	50,42	56,08	57,86	60,63	63,64	63,51	55,54	62,74	60,80	64,35
PESSOAL E REFLEXOS	43,39	38,30	42,83	44,36	45,86	46,13	47,41	42,61	49,82	47,33	52,50
OUTROS CUSTEIOS	12,78	12,12	13,25	13,50	14,77	17,51	16,11	12,93	13,11	13,47	11,86
SERVICO DA DIVIDA	8,59	9,80	10,52	12,00	11,98	15,43	9,94	5,89	8,57	5,22	4,92
INVESTIMENTOS	33,81	36,91	30,05	27,41	21,35	16,02	22,48	31,18	23,21	33,05	28,55
OUTROS	1,44	2,86	3,35	2,72	6,03	4,91	4,07	7,39	5,29	0,93	2,19
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

FONTE: CENP/CPQ/SEP.

ELABORACAO: Area Setor Publico Paulista - IESP/FUNDAP.

TABELA28
EVOLUCAO DAS DESPESAS DAS AUTARQUIAS - 1979/1989
INDICE DE EVOLUCAO

1979=100

ITENS	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
CUSTEIO	100	90	95	99	89	74	100	135	142	126	138
PESSOAL E REFLEXOS	100	88	94	98	87	70	96	134	145	127	146
OUTROS CUSTEIOS	100	95	98	101	95	90	111	138	130	122	112
SERVICO DA DIVIDA	100	114	116	134	115	118	102	93	126	71	69
INVESTIMENTOS	100	109	84	78	52	31	59	126	87	113	102
OUTROS	100	199	221	181	346	224	250	699	465	75	182
TOTAL	100	100	95	96	82	65	88	136	127	116	121

FONTE: CEOP/CPD/SEP.

ELABORACAO: Area Setor Publico Paulista - IESP/FUNDAF.

TABELA 29
DESPESA TOTAL DAS EMPRESAS PÚBLICAS POR CATEGORIA ECONÔMICA

US\$ MILHÕES DE 1988

ÍTEM	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
CUSTEIO	1.999,5	2.052,2	2.935,2	3.320,0	2.854,7	3.307,5	3.782,5	3.938,9	4.398,8	4.413,7	3.978,4
REALIZADO	1.999,5	1.975,1	2.861,8	3.219,9	2.664,7	3.175,3	3.711,7	3.831,4	4.327,3	4.225,3	3.907,7
ATRASADO	0,0	77,1	73,4	100,1	190,0	132,2	70,8	107,5	71,5	188,4	70,7
PESSOAL E ENCARGOS	1.140,6	1.092,9	1.200,3	1.434,0	1.169,6	1.058,4	1.160,6	1.332,9	1.477,5	1.407,4	1.467,4
REALIZADO	1.140,6	1.092,9	1.188,1	1.421,5	1.132,7	1.058,4	1.160,6	1.332,9	1.477,5	1.407,4	1.467,4
ATRASADO	0,0	0,0	12,2	12,5	36,9	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
OUTROS CUSTEIOS	858,9	959,3	1.734,9	1.886,0	1.685,1	2.249,1	2.621,9	2.606,0	2.921,3	2.006,3	2.511,0
REALIZADO	858,9	882,2	1.673,7	1.798,4	1.532,0	2.116,9	2.551,1	2.498,5	2.849,8	2.817,9	2.440,3
ATRASADO	0,0	77,1	61,2	87,6	153,1	132,2	70,8	107,5	71,5	188,4	70,7
INVESTIMENTOS	2.292,8	1.697,6	2.072,9	2.399,3	1.437,6	1.241,3	1.979,3	2.079,6	2.170,3	2.279,4	2.294,6
REALIZADO	2.292,8	1.646,2	1.938,3	2.067,5	1.044,1	1.202,2	1.877,7	1.979,2	2.034,5	1.734,3	1.643,5
ATRASADO	0,0	51,4	134,6	331,8	393,5	39,1	101,6	100,4	135,8	495,1	651,1
SERVICO DA DÍVIDA	1.389,9	1.829,5	2.405,7	2.589,8	3.161,1	4.107,9	4.911,2	3.533,6	3.954,4	7.989,5	4.232,4
REALIZADO	1.389,9	1.623,9	2.146,7	2.251,7	1.574,6	2.656,1	3.529,1	3.087,6	2.952,4	3.634,8	1.779,7
ATRASADO	0,0	205,6	259,0	338,1	1.586,5	1.451,8	1.382,1	446,0	1.002,0	4.354,7	2.452,7
OUTRAS	654,2	826,1	1.431,4	1.420,4	1.433,4	1.011,6	1.060,7	1.082,1	1.291,7	668,5	1.409,7
REALIZADO	654,2	723,3	1.358,0	1.332,8	974,1	356,9	852,3	999,6	584,2	542,3	947,1
ATRASADO	0,0	102,8	73,4	87,6	459,3	654,7	208,4	82,5	707,5	126,2	462,6
TOTAL S/ atrasados	6.336,4	5.968,5	8.306,8	8.871,9	6.257,5	7.390,5	9.970,8	9.897,8	9.898,4	10.136,7	8.278,0
Atrasados	0,0	436,9	538,4	857,6	2.629,3	2.277,8	1.762,7	736,4	1.916,8	5.164,4	3.637,1
TOTAL C/ atrasados	6.336,4	6.405,4	8.845,2	9.729,5	8.886,8	9.668,3	11.733,7	10.634,2	11.815,2	15.351,1	11.915,1

FONTE: FLUXOS DE CAIXA DAS EMPRESAS - CIEF/SEP.

ELABORAÇÃO: Área Setor Público Paulista - IESP/FUNDAP.

TABELA 30
 DESPESA TOTAL DAS EMPRESAS PUBLICAS POR CATEGORIA ECONOMICA
 PARTICIPACAO RELATIVA

(em %)

ITENS	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
CUSTEIO	31,6	32,0	33,2	34,1	32,1	34,2	32,2	37,0	37,2	28,8	33,4
ATRASADO	0,0	1,2	0,8	1,0	2,1	1,4	0,6	1,0	0,6	1,2	0,6
PESSOAL E ENCARGOS	18,0	17,1	13,6	14,7	13,2	10,9	9,9	12,5	12,5	9,2	12,3
REALIZADO	18,0	17,1	13,4	14,6	12,7	10,9	9,9	12,5	12,5	9,2	12,3
ATRASADO	0,0	0,0	0,1	0,1	0,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
OUTROS CUSTEIOS	13,6	15,0	19,6	19,4	19,0	23,3	22,3	24,5	24,7	19,6	21,1
REALIZADO	13,6	13,8	18,9	18,5	17,2	21,9	21,7	23,5	24,1	18,4	20,5
ATRASADO	0,0	1,2	0,7	0,9	1,7	1,4	0,6	1,0	0,6	1,2	0,6
REALIZADO	36,2	25,7	21,9	21,2	11,7	12,4	16,0	18,6	17,2	11,6	13,8
ATRASADO	0,0	0,8	1,5	3,4	4,4	0,4	0,9	0,9	1,1	3,2	5,0
SERVICO DA DIVIDA	21,9	28,6	27,2	26,6	35,6	42,5	41,9	33,2	33,5	32,0	35,5
REALIZADO	21,9	25,4	24,3	23,1	17,7	27,5	30,1	29,0	25,0	23,7	14,9
ATRASADO	0,0	3,2	2,9	3,5	17,9	15,0	11,8	4,2	8,5	28,4	20,6
OUTRAS	10,3	12,9	16,2	14,6	16,1	10,5	9,0	10,2	10,9	4,4	11,6
REALIZADO	10,3	11,3	15,4	13,7	11,0	3,7	7,3	9,4	4,9	3,5	7,9
ATRASADO	0,0	1,6	0,8	0,9	5,2	6,8	1,8	0,8	6,0	0,8	3,9
TOTAL C/ atrasados	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: FLUXOS DE CAIXA DAS EMPRESAS - CIEF/SEP.

ELABORACAO: Area Setor Publico Paulista - IESP/FUNDAP.

TABELA 31
DESPEGA TOTAL DAS EMPRESAS PUBLICAS POR CATEGORIA ECONOMICA

1979=100

ITENS	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
CUSTEIO	100	103	147	166	143	165	189	197	220	221	199
REALIZADO	100	99	143	161	133	159	186	192	216	211	195
ATRASADO	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---
PESSOAL E ENCARGOS	100	96	105	126	103	93	102	117	130	123	129
REALIZADO	100	96	104	125	99	93	102	117	130	123	129
ATRASADO	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---
OUTROS CUSTEIOS	100	112	202	220	196	262	305	303	340	350	292
REALIZADO	100	103	195	209	178	246	297	291	332	328	284
ATRASADO	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---
INVESTIMENTOS	100	74	90	105	63	54	86	91	93	99	100
REALIZADO	100	72	85	90	46	52	82	86	89	78	72
ATRASADO	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---
SERVICO DA DIVIDA	100	132	173	186	227	296	353	254	285	575	303
REALIZADO	100	117	155	162	113	191	254	222	212	262	128
ATRASADO	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---
OUTRAS	100	126	219	217	219	155	162	165	197	102	215
REALIZADO	100	111	208	204	149	55	130	153	89	83	145
ATRASADO	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---
TOTAL C/ atrasados	100	101	140	154	140	153	185	168	186	242	188

FONTE: FLUXOS DE CAIXA DAS EMPRESAS - CIEF/SEP.

ELABORACAO: Area Setor Publico Paulista - IESP/FUNDAF.

TABELA 32
EVOLUCAO DAS DESPESAS DAS FUNDACOES - 1979/1989

US\$ MILHOES DE 1988

ITENS	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
CUSTEIO	109,4	117,9	139,7	183,1	152,4	143,6	177,9	186,1	225,9	251,4	260,5
PESSOAL E REFLEXOS	64,1	70,9	86,7	123,8	100,2	87,7	98,8	113,6	121,5	138,4	108,2
OUTROS CUSTEIOS	45,3	47,0	53,0	59,3	52,2	55,9	79,1	72,5	104,4	113,0	152,3
SERVICO DA DIVIDA	0,5	0,3	1,3	5,7	1,0	6,2	2,4	1,3	2,6	0,4	0,8
INVESTIMENTOS	10,9	4,8	10,4	18,0	14,9	7,7	9,5	39,5	57,5	88,3	79,5
OUTROS	0,0	0,1	0,0	0,1	0,1	0,1	0,1	0,0	0,0	4,9	0,2
TOTAL	120,8	123,1	151,4	206,9	168,4	157,6	189,9	226,9	286,0	345,0	340,8

FONTE: CEOP/CPQ/SEP.

ELABORACAO: Area Setor Publico Paulista - IESP/FUNDAP.

TABELA 33
EVOLUCAO DAS DESPESAS DAS FUNDACOES - 1979/1989

(em %)

ITENS	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
CUSTEIO	90,56	95,78	92,27	88,50	90,50	91,12	93,68	82,02	78,99	72,87	76,44
PESSOAL E REFLEXOS	53,06	57,60	57,27	59,84	59,50	55,65	52,03	50,07	42,48	40,12	31,75
OUTROS CUSTEIOS	37,50	38,18	35,01	28,66	31,00	35,47	41,65	31,95	36,50	32,75	44,69
SERVICO DA DIVIDA	0,41	0,24	0,86	2,75	0,59	3,93	1,26	0,57	0,91	0,12	0,18
INVESTIMENTOS	9,02	3,90	6,87	8,70	8,85	4,89	5,00	17,41	20,10	25,59	23,33
OUTROS	0,00	0,08	0,00	0,05	0,06	0,06	0,05	0,00	0,00	1,42	0,06
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

FONTE: CEOP/CPQ/SEP.

ELABORACAO: Area Setor Publico Paulista - IESP/FUNDAP.

TABELA 34
EVOLUCAO DAS DESPESAS DAS FUNDACOES - 1979/989
INDICE DE EVOLUCAO

1979=100

ITEMS	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
CUSTEIO	100	108	128	167	139	131	163	170	206	230	238
PESSOAL E REFLEXOS	100	111	135	193	156	137	154	177	190	216	169
OUTROS CUSTEIOS	100	104	117	131	115	123	175	160	230	249	336
SERVICO DA DIVIDA	100	60	260	1.140	200	1.240	480	260	520	80	120
INVESTIMENTOS	100	44	95	165	137	71	87	362	528	810	729
OUTROS	100	172	50	158	210	206	158	20	0	14 447	456
TOTAL	100	102	125	171	139	130	157	188	237	286	283

FONTE: CENSO/CPQ/SEP.

ELABORACAO: Area Setor Publico Paulista - IESP/FUNDAP.